

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXXIII

FLORIANÓPOLIS, 7 DE MAIO DE 2024

NÚMERO 8.560

MESA

Mauro De Nadal
PRESIDENTE

Maurício Eskudlark
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Paulinha
1ª SECRETÁRIA

Padre Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Marcos da Rosa
3º SECRETÁRIO

Delegado Egídio
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Carlos Humberto

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PTB

Líder: Napoleão Bernardes
Liderança dos Partidos

UB PSD
Jair Miotto Napoleão Bernardes

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Volnei Weber
Liderança dos Partidos

MDB PSDB
Fernando Krelling Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRACIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PDT

Líder: Fabiano da Luz
Liderança dos Partidos

PT PDT
Fabiano da Luz Rodrigo Minotto

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Sergio Motta

Liderança dos Partidos
PODEMOS NOVO
Lucas Neves Matheus Cadorin
REPUBLICANOS
Sérgio Motta

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: Pepê Collaço

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE PSOL

Líder: Marquito

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Marcius Machado

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Camilo Martins - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Napoleão Bernardes
Sérgio Guimarães
Ana Campagnolo
Marcius Machado
Tiago Zilli
Pepê Collaço

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Soratto
Carlos Humberto
Sérgio Guimarães
Jair Miotto
Pepê Collaço
Sergio Motta

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Lucas Neves - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Mário Motta
Jair Miotto
Ivan Naatz
Jessé Lopes
Lunelli

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Lucas Neves
Luciane Carminatti
Mário Motta
Sérgio Guimarães
Maurício Peixer
Lunelli

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Luciane Carminatti
Soratto
Tiago Zilli
Pepê Collaço

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Altair Silva - Presidente
Massocco - Vice-Presidente
Camilo Martins
Neodi Saretta
Napoleão Bernardes
Oscar Gutz
Volnei Weber

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA

Oscar Gutz - Presidente
Sergio Motta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Fabiano da Luz
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Marquito

COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Lunelli - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Camilo Martins
Fabiano da Luz
Massocco
Oscar Gutz
Altair Silva

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Luciane Carminatti - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Ana Campagnolo
Ivan Naatz
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Lucas Neves
Sérgio Guimarães
Maurício Peixer
Massocco
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Jair Miotto - Presidente
Matheus Cadorin - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Nilso Berlanda
Carlos Humberto
Marcos Vieira
Pepê Collaço

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Carlos Humberto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Mário Motta
Ana Campagnolo
Fernando Krelling
Fabiano da Luz

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Marquito - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Lucas Neves
Julio Garcia
Carlos Humberto
Ivan Naatz
Lunelli

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Ana Campagnolo - Presidente
Camilo Martins - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Julio Garcia
Soratto
Emerson Stein
José Milton Scheffer

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mário Motta - Presidente
Tiago Zilli - Vice-Presidente
Sergio Motta
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Oscar Gutz
Marquito

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS

Sérgio Guimarães - Presidente
Altair Silva - Vice-Presidente
Lucas Neves
Fabiano da Luz
Soratto
Oscar Gutz
Emerson Stein

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Camilo Martins
Luciane Carminatti
Julio Garcia
Oscar Gutz
Nilso Berlanda

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pepê Collaço - Presidente
Nilso Berlanda - Vice-Presidente
Sergio Motta
Neodi Saretta
Jair Miotto
Ana Campagnolo
Emerson Stein

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Lucas Neves - Presidente
Jair Miotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Maurício Peixer
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Sergio Motta - Presidente
Neodi Saretta
Mário Motta
Nilso Berlanda
Soratto
Emerson Stein
Altair Silva

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Ivan Naatz
Marquito

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER

Fernando Krelling - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Camilo Martins
Marcius Machado
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Pepê Collaço

COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL

Marcius Machado - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Lucas Neves
Massocco
Marquito
Jair Miotto
Fabiano da Luz

<p>Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006</p> <p>Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009)</p> <p>Fabiano Henrique da Silva Souza Diretor</p> <p>Coordenadoria de Publicação</p> <p>Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa.</p> <p>Edson José Firmino Coordenador</p> <p>Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009</p> <p>Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXII NESTA EDIÇÃO: 44 PÁGINAS</p> <p>Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>CADERNO LEGISLATIVO 2</p> <p>ATAS.....2</p> <p>SESSÕES PLENÁRIAS.....2</p> <p>COMISSÕES PERMANENTES. 17</p> <p>PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO..... 21</p> <p>PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DE MEDIDA PROVISÓRIA . 21</p> <p>PROJETOS DE LEI..... 22</p> <p>CADERNO ADMINISTRATIVO.. 33</p> <p>GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 33</p> <p>ATOS DA MESA..... 33</p> <p>PORTARIAS 36</p> <p>EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 41</p> <p>AVISO DE RESULTADO 41</p> <p>EXTRATOS..... 43</p>
--	--	--

CADERNO LEGISLATIVO

A T A S

SESSÕES PLENÁRIAS

ATA DA 006ª SESSÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

EM HOMENAGEM À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE AUTISMO - FEAMAS/SC PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pepê Collaço) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Gostaria de agradecer a todos que estão aqui presentes pela paciência, pois estamos começando a sessão com 15 minutos de atraso. Estava difícil chegar até aqui devido ao problema que está ocorrendo no Morro dos Cavalos, a BR-101 está interrompida. Então, eu saí de Tubarão, tive que pegar uma estrada de chão vindo por Anitápolis e, por isso, nós levamos muito tempo para chegar. Quero agradecer ao Deputado Mário Motta, porque eu achava que não ia conseguir chegar a tempo, e ele se prontificou, caso não conseguíssemos chegar, a presidir a sessão na noite de hoje. Mas graças a Deus deu tempo para chegar até a Assembleia, coincidentemente chegamos às 19 horas em ponto, e estamos aqui para realizar essa belíssima sessão. Sei que muitos vieram de longe também, com essa chuva que está acontecendo no nosso Estado, então agradecemos o empenho de todos que se esforçaram para estar presentes e abrilhantar a nossa sessão que homenageia as FEAMAS hoje, as AMAs, no Estado de Santa Catarina.

Convido para compor a Mesa a Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, Jeane Rauh Probst Leite, nesse ato representando o excelentíssimo senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Jorginho Mello;

Convido o excelentíssimo senhor Vice-Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Conselheiro José Nei Ascari;
Convido a senhora Presidente da Federação das AMAs de Santa Catarina, Catia Cristiane Purnhagen Franzoi;
E convido também a excelentíssima senhora Prefeita do município de Canoinhas, Juliana Maciel Hoppe.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial foi proposta por esse deputado, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Federação das AMAs de Santa Catarina - FEAMAS.

A seguir, teremos a interpretação do Hino Nacional, composição de Francisco Manuel da Silva e Osório Duque Estrada, pelo Coral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do Hino.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pepê Collaço) – Em tempo, gostaríamos de registrar a presença do excelentíssimo senhor Prefeito do município de Agrolândia, José Constante; o excelentíssimo senhor Prefeito do município de Rio do Sul, José Thomé; do senhor Vereador do município de Tijucas, Écio Hélio de Melo; senhor Vereador do município de Camboriú, Marlon Borsatto; da senhora Vereadora do município de Canoinhas, Zenilda Lemos; da senhora Vereadora do município de Canoinhas, Silmara Gontarek; da senhora Secretária de Assistência Social do município de Bombinhas, Miriam Victorero; da senhora assessora parlamentar Selma Adão, nesse ato, representando o gabinete do Deputado Estadual Rodrigo Minotto; do senhor assessor de Políticas Públicas para Pessoa com Deficiência, Rafael Coimbra, nesse ato, representando o excelentíssimo senhor Prefeito de Florianópolis, Topázio Silveira Neto; da senhora assessora parlamentar Paula de Abreu Pereira, nesse ato, representando o gabinete da Deputada Luciane Carminatti.

Neste momento, como requerente da presente sessão, farei uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pepê Collaço) - Gostaria de cumprimentar mais uma vez todas as autoridades presentes, que abrilhantam esta sessão, principalmente a minha amiga Catia, Presidente da Federação das AMAs de Santa Catarina; a Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, Jeane Rauh Probst Leite; a Prefeita do município de Canoinhas, aqui representando todos os prefeitos, vereadores, autoridades políticas presentes nesta sessão, Juliana Maciel Hoppe; e de maneira muito especial, fico muito feliz com a sua presença, o meu amigo, Conselheiro José Nei Ascari. Faço questão de falar isso porque eu ainda não era deputado, e durante esse período que eu acompanhei a luta por essas causas, aqui em Santa Catarina, o então conselheiro era deputado estadual. E José Nei Ascari sempre foi um dos deputados que mais levantou essa bandeira em defesa das Apaes, em defesa das AMAs, causas e conquistas importantes que foram feitas durante o período de atuação do conselheiro aqui no nosso Estado. Então, ficamos muito contentes com a sua presença, o ex-deputado virou conselheiro, mas ainda é um defensor, ainda dá uma atenção muito completa a essas causas e sempre, quando convidado, está presente para as discussões e homenagens. Portanto, o nosso reconhecimento enquanto deputado e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista. *[Transcrição: Northon]*

Senhoras e senhores, a homenagem de hoje é o resultado do que nós iniciamos no ano passado, no início dessa legislatura, em fevereiro do ano passado, nós criamos na Assembleia Legislativa a Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Por que nós defendemos essa bandeira e, junto com outros deputados, criamos essa Frente? Primeiro porque nós entendemos que é uma causa extremamente justa e precisamos criar leis eficientes que incluam, de fato, as famílias e todas as pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista para que tenham mais acessibilidade.

Entendemos que precisamos preparar o nosso Estado para melhor atender e auxiliar as famílias que têm pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista. A Frente Parlamentar, juntamente com alguns deputados, entendeu que muitas leis eram discutidas aqui na Casa Legislativa, mas alguns deputados não tinham orientação profissional e didática sobre este assunto para que pudéssemos elaborar leis com eficiência. O que acompanhei é que muitos deputados queriam defender a causa, levantar essa bandeira, mas apresentavam projetos de lei que não tinham discussão apropriada para seguir em frente.

A Frente Parlamentar nos oportunizou melhorar o diálogo junto com pessoas que lidam com este assunto no dia a dia, como por exemplo, a Federação de Educação Especial, as AMAs, o Conselho de Educação, Conselho de Saúde, as entidades representativas que aqui estão e participam do nosso Grupo de Trabalho.

Nesse período em que estivemos coordenando a Frente Parlamentar, já evoluímos em várias questões, o que é um ganho para a sociedade e para todos que têm interesse em discutir este assunto pertinente. A Frente Parlamentar, durante

o período de aproximadamente 12 meses, está realizando discussões para elaborar, em Santa Catarina, um censo para aperfeiçoamento das políticas públicas, onde possa ser feito, dentro deste censo, identificação de residentes em Santa Catarina com Transtorno de Espectro Autista. Serão elaborados estudos estratégicos com diagnósticos e prognósticos sobre o Autismo, como também um estudo que resulte em direcionamentos para o aperfeiçoamento da rede de apoio, que é extremamente importante, pois hoje as famílias relatam sobre a dificuldade de não ter esta rede de apoio.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pela Frente Parlamentar estão: a elaboração da coletânea de livros para publicação; a inclusão de legislação com um relevante material educativo sobre o Transtorno do Espectro Autista; a criação de projetos de lei, como a proposição de lei sobre o Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA) para alunos com Transtorno Espectro Autista nas instituições de ensino; a Lei do Cine Azul, com seções de cinema adaptadas para autistas, e outras tantas leis apresentadas por outros deputados desta Casa, que seguiram a orientação desta Frente Parlamentar.

Importante salientar que já foi realizado, em algumas cidades do Estado, o Seminário Estadual do Autismo, que está discutindo o diagnóstico, a intervenção precoce e o comportamento. O Seminário já foi realizado em várias cidades do Estado, inclusive na cidade de Tubarão, onde aproximadamente 800 pessoas participaram. É impressionante, pois quando as inscrições são abertas, em menos de dois dias estão esgotadas, o que não foi diferente na cidade de Fraiburgo e Balneário Camboriú. Então, isso nos deixa feliz, porque mostra o quão importante é essa causa e o trabalho instituído pela Frente Parlamentar. O Seminário também será realizado nas cidades de São Miguel do Oeste, Rio do Sul, Criciúma e Joinville, e vamos divulgar as datas para que todos possam participar.

Quero agradecer e nominar os membros desta Frente Parlamentar, que participam e auxiliam no dia a dia sobre os temas que são elaborados e discutidos: Deputada Paulinha, Deputado Camilo Martins, Deputado Dr. Vicente Caropreso, Deputado Emerson Stein, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Matheus Cadorin, Deputado Jair Miotto, Deputado Rodrigo Minotto e Deputado Sérgio Guimarães.

Encerrando a minha fala, quero citar a presença da querida amiga Janice, que é uma guerreira, nos auxilia para tocar esta Frente Parlamentar, pois sem ela não estaríamos trabalhando da forma como estamos, reconheço seu trabalho. Ainda, Catia, quando pensamos em homenagear as AMAs, depois que começamos a abraçar a causa e trabalhar sobre este assunto, depois que visitei as AMAs pelo Estado, eu vi o teu esforço, inclusive por vezes, no gabinete, tivemos a chance de discutir e falar sobre as leis e essa importância, e dentro dessas visitas, observando quanto o nosso Estado tem pessoas abnegadas que dedicam o seu amor, o seu coração para trabalhar no dia a dia. Muitas AMAs não possuem a estrutura e o auxílio governamental que deveriam ter, mas possuem pessoas com um esforço hercúleo para tocar o dia a dia e dar assistência a todos os cidadãos que têm o Transtorno do Espectro Autista, para que tenham o tratamento merecido.

O que queremos, de fato, Conselheiro José Nei Alberton Ascari e presidente Jeane, é fortalecer, - como no passado foram fortalecidas as Apaes - as AMAs de Santa Catarina. Entendemos que as AMAs conseguem chegar ao município, no bairro onde vive o cidadão, a família desse cidadão com Transtorno do Espectro Autista. Não há dúvidas que a AMA é o elo que nos oportuniza conhecer esse mundo.

Como parlamentar, conheço mais sobre o Transtorno do Espectro Autista por meio dessas pessoas e entidades. A homenagem no dia de hoje não é uma homenagem do Deputado Pepê Collaço ou dos deputados que participam desta Frente Parlamentar, é uma homenagem do povo catarinense, do Estado de Santa Catarina para todos vocês que trabalham por um assunto tão delicado, tão difícil e que muitas pessoas às vezes não querem discutir, querem deixar isso de lado por outras questões, então aqui está o nosso reconhecimento. Quero dizer, presidente Catia, representando todas as AMAs, que não vamos conseguir evoluir na Frente Parlamentar sem a participação efetiva de vocês.

Muito obrigado, em nome do Estado de Santa Catarina, por tudo o que vocês têm feito nessa causa justa, honesta e com hombridade impressionante em defesa das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pepê Collaço) - Registro a presença do senhor Conselheiro de Educação, Felipe Felisbino, nesse ato, representando o presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Osvaldir Ramos; e a senhora Vereadora do município de Balneário Piçarras, Terezinha Elizete Pinto. *[Transcrição: Jênifer]*

Neste momento, ouviremos a apresentação da Banda Tribo 84, um grupo de musicoterapia. O nome faz referência ao Código CID 84 do Transtorno do Espectro Autista. Apresentando um mix de canções compostas por Coldplay, Avicii, Gerard Marks e Seymour Simon e por Eurythmics, vamos ouvir então a Banda Tribo 84. *[Transcrição: Yasmim]*

(Procede-se à apresentação da banda.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pepê Collaço) – Foi muito emocionante! Primeiro gostaria de parabenizar a Alana, como canta bem, parabéns! Foi linda demais a apresentação! Quero parabenizar também todos que fazem parte do grupo, são excelentes, abrilhantaram, nos deixaram emocionados. E eu quero também citar o meu reconhecimento ao professor Iago Gonçalves pelo belíssimo trabalho, e esperamos outras oportunidades para que vocês possam se apresentar novamente, vamos todos ficar ansiosos, muito obrigado! Obrigado a apresentação da Banda Tribo 84, vamos bater mais palmas para todos eles.

(Palmas)

Agora, eu convido a mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Nicole Madeira) - Senhoras e senhores, boa-noite! Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Federação das AMAs de Santa Catarina - FEAMAS.

Convidamos o senhor Deputado Pepê Collaço para fazer a entrega das homenagens.

Em reconhecimento ao trabalho pela defesa das entidades catarinenses que promovem a inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, convidamos para receber a homenagem a Federação das AMAs de Santa Catarina, neste ato representada pela presidente da entidade, Catia Cristiane Purnhagen Franzoi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pela criação do projeto de lei que implantou em Santa Catarina a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, convidamos para receber a homenagem o senhor Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Conselheiro José Nei Ascari.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pela realização de ações de responsabilidade social, que têm por objetivo defender, valorizar, incluir e melhorar a vida das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Estado de Santa Catarina, convidamos para receber a homenagem a presidente da Federação das AMAs de Santa Catarina, a senhora Catia Cristiane Purnhagen Franzoi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a presidente de honra da Federação das AMAs de Santa Catarina, senhora Marlete Serafini Grando, neste ato representada pela senhora Patrícia Rosângela Neis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a conselheira da Federação das AMAs de Santa Catarina, senhora Janice Aparecida Krasniak.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe homenagem a AMA-Litoral Santa Catarina, Unidade Balneário Camboriú, neste ato, representada pela senhora presidente Cláudia Rocha dos Santos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe homenagem a AMA de Campos Novos, neste ato, representada pela senhora presidente Luciana Aparecida Gomes Raizel.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe homenagem a AMA de Fraiburgo, representada, neste ato, pela diretora técnica, senhora Lia Frey.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas) [Transcrição: Taquígrafa Ana Maria]

Recebe a homenagem a AMA de Jaraguá do Sul, neste ato, representada pela senhora presidente Tânia Griselda Krause.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA-Litoral de Santa Catarina, Unidade Itapema, neste ato, representada pelo sócio-fundador da entidade, senhor Lino Franzoi.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Chapecó e região, AMA Oeste, neste ato, representada pela senhora diretora Ilmara Diniz.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Curitiba e região, neste ato, representada pela senhora Joseli Guimarães.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Agrolândia, neste ato, representada pela senhora Mônica Denzer.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Balneário Piçarras, neste ato, representada pela senhora presidente Simone Siewert Godoi Walter.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Barra Velha, neste ato, representada pelo senhor presidente Basílio Alexandre da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Bombinhas, neste ato, representada pela senhora presidente, Regiane Cristina Rocha Slowik.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Camboriú, neste ato, representada pela senhora diretora administrativa, Gisele Czarnieski.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe homenagem a AMA de Capinzal, neste ato, representada pela senhora presidente, Adislei Maria Zanini Da Cas.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Florianópolis, neste ato, representada por uma das fundadoras da entidade, senhora Luciana Vieira Kuhnen Sarkis.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Gaspar, neste ato, representada pela senhora presidente Eliane Schmidt Salgado.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Itajaí, neste ato, representada pelo senhor presidente Anderson Roberto da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Itapoá, neste ato, representada pela senhora presidente Elvira Lacerda da Luz.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Joinville, neste ato, representada pela senhora vice-presidente Paula Cristina Duarte de Góes.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Navegantes, neste ato, representada pela senhora presidente e fundadora Alessandra Couto Vieira.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Rio do Sul, neste ato, representada pela fundadora da entidade, senhora Silvania da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Tijucas, neste ato, representada pela senhora presidente, Lucilene Simas Machado Campos.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Recebe a homenagem a AMA de Videira, neste ato, representada pela senhora presidente, Izabel Schweig.

(Procede-se à entrega da homenagem)

(Palmas)

Agradecemos o senhor deputado pela entrega das homenagens. As AMAs dos municípios de Imbituba, Araranguá, Tubarão, Criciúma e Lauro Muller também são homenageadas nesta noite, porém, em razão das fortes chuvas que atingiram a Região Sul do Estado, não puderam se fazer presentes e receberão as homenagens em momento posterior.

Esta sessão está sendo transmitida ao vivo pela TVAL e pelo canal da Assembleia Legislativa no *YouTube*, onde ficará disponível para visualização. Muito obrigada. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pepê Collaço) - Mais uma vez, ratificamos aqui a nossa homenagem e o nosso reconhecimento a todos os presentes e homenageados pelos excelentes trabalhos realizados.

Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados da noite, o senhor Vice-Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Conselheiro José Nei Ascari.

O SR. VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Conselheiro José Nei Ascari) - Gostaria de saudar a Mesa na pessoa do Presidente desta sessão especial, Deputado Estadual Pepê Collaço, que também preside esta importante Frente Parlamentar. Gostaria de cumprimentar a Presidente da Fundação de Educação Especial, Jeane, que aqui representa o Governador do Estado; também a querida amiga Cátia, guerreira e ativista importante que preside a nossa homenageada Federação Catarinense do Autismo; cumprimentar a Prefeita Juliana, de Canoinhas, jovem, mas que também é uma liderança importante deste movimento; o Prefeito de Rio do Sul, amigo Thomé; o Prefeito de Agrolândia; bem como os Vereadores citados pelo mestre de cerimônias. Cumprimento ao Professor Felipe Felisbino, tubaronense, que preside o Conselho Estadual de Educação. Cumprimento de modo muito especial as demais autoridades que já foram citadas, mas uma saudação muito, muito carinhosa a todos que estão presentes, que vieram de várias cidades num dia impróprio, devido às fortes chuvas que caem em todo o Estado. Cito aqui

os dirigentes das associações, profissionais abnegados, voluntários e familiares dos nossos autistas, sendo estes a razão maior de tudo que acontece hoje aqui no Plenário.

Lembro da última vez que falei nesta tribuna, em novembro de 2017, quando fiz a minha despedida do Parlamento Catarinense para assumir funções no Tribunal de Contas. E hoje, fazendo mais de seis anos, eu volto a este local. Confesso a vocês que fico feliz em participar deste momento importante ao lado de pessoas valorosas e comprometidas com esta causa tão especial. Como cheguei mais cedo do Sul, Deputado Pepê, acabei fazendo algumas anotações por duas razões principais, sendo a primeira para não ser tomado pela emoção deste momento, e a segunda para reduzir o tamanho da minha fala.

Eu inicio, agradecendo ao Parlamento catarinense, em nome de todos os homenageados. Esta sessão representa muito mais do que o reconhecimento aos dirigentes das associações aqui presentes, aos voluntários, aos profissionais, aos pais, enfim, à família do autismo catarinense. Representa, Deputado Pepê, um gesto de estímulo para a continuidade e para o fortalecimento deste tão importante trabalho. Gestos como estes revelam que o Parlamento catarinense vai além do cumprimento constitucional, nós sabemos de legislar e fiscalizar, mas aqui em Santa Catarina o Parlamento vai muito além, reconhecendo iniciativas de pessoas e de entidades, como faz nesta noite, com muita propriedade, ao valorizar este movimento que tanto contribui para a melhoria da qualidade de vida dos autistas do nosso Estado. *[Transcrição: Mirela]*

Eu faço também, uma questão de justiça de pronto, uma referência ao deputado Pepê Collaço, Presidente da Frente Parlamentar e autor desta justa e necessária homenagem de reconhecimento a todos os valorosos que estão aqui, oriundos de várias regiões do nosso Estado. O trabalho que o Deputado Pepê desenvolve no comando da Frente Parlamentar, juntamente, evidentemente, com outros deputados que integram esta Frente, é crucial para buscar assegurar direitos consagrados na legislação brasileira e catarinense, que representam um alento a todos os nossos autistas e aos familiares.

Eu lembro muito bem que o meu primeiro importante contato com a causa da pessoa com deficiência aconteceu em 2005, aqui na Assembleia Legislativa. Quando eu passei a ocupar a chefia de gabinete da Presidência, o Deputado Julio Garcia era Presidente da Casa. Foi a partir daquele momento que eu comecei a acompanhar de perto o grande trabalho desenvolvido aqui pelo Parlamento, sobre o comando do Deputado Júlio, que atuava naquela época, e ainda atua, na defesa e no fortalecimento das nossas queridas Apaes em todo o Estado. O ponto alto daquele trabalho, todos sabem, foi a aprovação do projeto de lei de sua autoria, que passou a destinar importantes recursos financeiros oriundos do Fundo Social do Governo do Estado para o custeio e para importantes investimentos nas quase 200 Apaes espalhadas pelo nosso Estado e que atendem milhares e milhares de alunos. A lei denominada Júlio Garcia, aprovada no final de 2005, foi seguramente um marco na história das Apaes, como já mencionado aqui, resultando na melhoria significativa do atendimento prestado a milhares de alunos em todo o nosso Estado, aí também incluídos, precisamos fazer esse registro, por certo, muitos alunos autistas.

Depois disso, em 2011, aí sim, já na condição de deputado estadual, eu tive a oportunidade de apresentar, aqui neste Parlamento, uma das proposições mais importantes que eu formulei nesta Casa durante os meus dois mandatos legislativos, ou seja, a proposta de criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Eu tenho feito registros ao longo de toda esta caminhada, mas faço questão de fazer aqui um registro, por uma questão de justiça, mais uma vez. Quem verdadeiramente foi a pessoa responsável pela criação desta comissão, vocês sabem muito bem, está presente aqui, nesta noite, também sendo homenageada, é a nossa querida amiga professora Janice.

(Palmas)

Foi a Janice que me ligou, em torno de umas seis horas da manhã, ela tinha essa prática, para dizer que tinha sonhado com um negócio muito bacana e queria fazer uma conversa pessoalmente comigo. A conversa aconteceu naquele mesmo dia e ela veio então com a ideia da Comissão. A proposta foi aprovada, Deputado Pepê, pelo Plenário da Casa por unanimidade, a Comissão foi instalada, eu acabei assumindo a Presidência, mas foi a Janice que assumiu efetivamente toda a execução das atividades e que determinaram avanços, importantes conquistas do segmento da pessoa com deficiência em todo o nosso Estado. Por conta disso, Janice, a homenagem que você recebe hoje, aqui nesta noite, é muito mais do que merecida.

Instalada a Comissão e realizado o planejamento inicial, surgiu logo na sequência, eu acho que esse retrospecto aqui é importante, uma pauta que chamou muita atenção. Na verdade, foi um verdadeiro pedido de ajuda, trazido por várias lideranças que atuavam no segmento naquele período, por volta do ano 2012. E quem liderou aquele grupo constituído,

evidentemente, por uma série de lideranças aguerridas, foi a querida amiga Marlete Grando, que não pode estar aqui presente neste momento, mas está sendo representada pela Patrícia. Foi este momento, liderado pela Marlete, por uma questão de justiça, preciso fazer esse registro aqui, que determinou na época, Deputado Pepê, a realização da primeira audiência pública levada a efeito pela Comissão. Eu tenho certeza de que muitas das pessoas que estão aqui, hoje, estavam presentes naquela audiência pública.

Cito dois encaminhamentos importantes decorrentes daquela audiência, a criação da ASCA, Presidente Kátia, a Associação Catarinense do Autismo, depois transformada na Federação Catarinense do Autismo, e a apresentação do projeto que culminou na aprovação da Lei nº 16.036, de junho de 2013, que instituiu a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Justa, portanto, Patrícia, é a homenagem que nesta noite a nossa querida Marlete recebe, ela que representou e liderou naquele momento todo aquele movimento. Concluída essa etapa inicial, quem passou a liderar esse movimento logo na sequência, para dar continuidade aos trabalhos, intensificar as ações e projetos, foi a nossa Presidente, querida amiga Cátia, de maneira muito justa, também homenageada nesta sessão.

Agora um pouco mais distante em função das minhas atividades, eu consigo muito bem avaliar a importância do trabalho desenvolvido por você, Cátia, toda sua equipe à frente da Federação Catarinense do Autismo. Avançaram muito em vários aspectos, sejam eles na capacitação dos nossos valiosos profissionais ou no aperfeiçoamento, enfim, na organização das atividades de todas as AMAs distribuídas pelo nosso Estado. Nós tínhamos nove associações até recentemente, agora, em função do trabalho realizado pela diretoria da federação, sob o comando da Acate, já são 40 associações espalhadas por todo o Estado. É fácil perceber que o trabalho cresce tanto na quantidade das pessoas acolhidas e atendidas quanto na qualidade, evidentemente, do serviço prestado.

E, por fim, e seguramente o mais importante de tudo que está acontecendo aqui, nesta noite, é render as nossas homenagens as AMAs. Quando nós falamos em AMAs, estamos nos referindo a todos os dirigentes, sempre muito comprometidos, aos voluntários, como falei anteriormente, extremamente abnegados, aos profissionais aqui presentes, muitos deles extremamente dedicados, que atuam em todo o nosso Estado, aos pais e aos familiares que participam deste importante movimento. Vocês lidam reconhecidamente com dificuldades enormes, no dia a dia, que poucas pessoas, na verdade, conhecem. Mas vocês todos superam esses obstáculos e fazem com que as coisas realmente aconteçam em cada uma das instituições as quais vocês pertencem. Merecida, portanto, Deputado Pepê, a homenagem que a Assembleia presta a todas as AMAs catarinenses, aqui representadas por pessoas verdadeiramente apaixonadas, nós sabemos disso, pelo que fazem. Recebam o meu, o nosso profundo, sincero reconhecimento.

Finalizo, registrando que esse movimento avançou muito nos últimos tempos, nos últimos anos, vocês acompanham isso, são testemunhas desse crescimento, dessa evolução. Mas evidentemente há muito espaço para ser buscado, e eu tenho convicção de que com esta organização, tão bem articulada sob o comando da federação, sob a articulação da Frente Parlamentar do Autismo, com a dedicação dos dirigentes das AMAs, dos seus voluntários, dos seus profissionais, que com um amor muito grande presente nesta causa, com a união de todos esses esforços, nós seguramente construiremos o cenário ideal para continuar perseguindo o cumprimento da legislação e avançando em conquistas e melhorias que ainda são muito desejadas. Mesmo porque nós sabemos que leis neste País não faltam, o que falta mesmo é o cumprimento de boa parte desses dispositivos legais. Este, Deputado Pepê, por certo é o nosso principal desafio e deve ser o nosso maior propósito, ou seja, perseguir o cumprimento da farta legislação que já existe no cenário nacional e no cenário catarinense, porque, com certeza, essa causa vale muito a pena. Parabéns a todos e que a luta continue. Obrigado.

(Palmas) *[Transcrição: Guilherme]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pepê Collaço) - Convido para fazer uso da palavra a Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, senhora Jeane Rauh Probst Leite.

A SRA. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (Jeane Rauh Probst Leite) – Boa-noite a todos! Cumprimentando o nobre colega Deputado Pepê Collaço, que vem desenvolvendo conosco um trabalho na Frente Parlamentar do Autismo; o nobre Conselheiro José Ney Ascari, que teve já uma grande importância no movimento da educação especial no estado de Santa Catarina, não só à frente da FEAMAS, mas também na valorização dos profissionais que atuam nessa área; a Juliana, Prefeita que está entrando nesse movimento agora; a Cátia, nossa grande parceira, estamos

sempre conversando e discutindo, que temos muitos desafios. E aqui, em nome do meu primeiro aluno com autismo, o Renato, há mais de 20 anos eu tive a oportunidade de ser professora dele. E a Verona, a nossa guerreira mãe, quantas lutas, quantos desafios, e em seu nome, em nome de vocês dois, eu cumprimento a todos que representam o movimento das famílias e dos nossos educandos, que são a razão de tudo isso.

Hoje, no estado de Santa Catarina, nós temos mais de vinte e três mil educandos atendidos nas instituições parceiras conveniadas com a fundação, isso só nas instituições. E mais de nove mil em processos de inclusão na rede regular de ensino, onde eu fico muito contente em ver, num evento deste, o Conselho Estadual de Educação aqui representado, que é um grande parceiro também, nós estamos na revisão da política da Resolução 100. É preciso rever, não mudar, mas melhorar aquilo que vem sendo feito, alinhando, buscando atualizar, pois a realidade hoje é muito diferente do que tínhamos em 2006 e 2016.

Nós temos, hoje, 18 AMAs conveniadas com a fundação. Alguns anos atrás eram nove, dez, estamos em dezoito hoje. E para o próximo ano terão outras, porque eu sei que estão em processo de regularização de documentação, pois o Conselho Estadual reconhece essas instituições como Centro de Atendimento Educacional Especializado, e o Estado está procurando fazer esse aporte e ajuda financeira para que o trabalho aconteça. Acho que nós tivemos um grande avanço quando foi lançado, na gestão da Janice, o “Programa Acolher”. Ele trouxe o Fundo Social e o mesmo direito e garantia a todas as instituições, e nós agora o transformamos em um decreto. Então, esse valor, essa ajuda permanece a partir de agora, não fica aquele medo, se vai vir um programa ou não. E isso foi muito importante, sabendo desse recurso, além do repasse direto, que traz a possibilidade não só da contratação dos professores, mas também dos demais profissionais. Temos um grande desafio, que é aumentar essa possibilidade do SUS, ainda temos um grande limite, e isso é um desafio que temos que comprar junto com a Saúde. A Fundação responde pela área da educação, mas sabemos que as políticas na área da saúde e da assistência precisam também entender esse movimento e essa causa.

Uma das coisas que eu venho conversando com a Catia é que essa transição da ASCA para a FEAMAS traz uma grande responsabilidade para vocês, mas também uma grande parceria, pois, sem o órgão de representação, parece que as lutas ficam soltas. Eu acho muito importante que vocês, enquanto instituição, unam-se com a FEAMAS, que vocês briguem por esse reconhecimento e essa Federação, que vai lutar por vocês. Nós não vamos brigar enquanto Estado pela manutenção das associações. Isso é um papel de grande importância que a Federação traz, e me dói saber que algumas AMAs não vieram para esse movimento, isso torna vocês muito mais fortes. Então, não percam esse espaço, fortaleçam. Eu falo com a Cátia: “Vamos criar a comissão de educação, a comissão de saúde, para que possamos organizar esse trabalho e fortalecer ainda mais”. Acho que esse é um grande desafio que ainda temos, está só começando e vai continuar. Como também temos discutido o nosso trabalho, a prática, junto com seminários da Frente, nós estamos fazendo a capacitação das instituições dentro da proposta das diretrizes, que foi um documento construído em parceria. É muito importante essa formação e a capacitação dos profissionais. Como o Conselheiro falou, as leis já estão postas, mas nós precisamos trabalhar na capacitação e melhora desse atendimento, investindo nos nossos profissionais, e não podemos perder esses espaços de capacitação. Contem conosco, contem com a Fundação, contem com o Governo do Estado. Esse é o momento de vocês, é um reconhecimento ao trabalho de vocês e a essa união, que hoje se transforma nessa realidade da Federação. Esse movimento é de vocês. Fortaleçam! Que Deus abençoe a todos e até qualquer momento! Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pepê Collaço) - Convido para fazer uso da palavra, em nome da Federação das AMAs de Santa Catarina, a senhora Presidente Catia Cristine Purnhagen Franzoi.

A SRA. PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS AMAS DE SANTA CATARINA (Catia Cristine Purnhagen Franzoi) – Boa-noite a todos e a todas. Que momento especial, o coração hoje está em festa! Eu acabei preparando algo por escrito, porque normalmente eu falo com o coração. Vindo para cá, eu fiquei imaginando o que nós passamos desde o primeiro momento que nos encontramos. E isso veio através desta Casa, através de vocês que acreditaram, através da Janice, que acreditou e impulsionou para que pudéssemos estar aqui hoje. Então, o nosso muito obrigada!

Eu quero cumprimentar o proponente deste ato solene que homenageia a Federação de Autismo, a FEAMAS, o Deputado Pepê Collaço e cumprimento a todos da Mesa. É com imensa gratidão e emoção que venho agradecer a todos por

esse momento ímpar em reconhecimento ao trabalho em prol do autismo através da Federação das AMAs do Estado de Santa Catarina. Revendo a história, o fortalecimento da luta do autismo em Santa Catarina, que iniciou aqui no Parlamento catarinense, atendendo a um pedido de Fraiburgo, da Marlete, como o José Nei trouxe, que foi realizada, no dia 24 de outubro de 2012, uma audiência pública para discutir a questão do autismo no estado de Santa Catarina, e nós estávamos lá presentes. Foi onde começamos todo o movimento dessa junção das AMAs do Estado.

Deste dia em diante, tivemos a aprovação da lei que reconhece os autistas catarinenses como deficientes e eles tiveram seus direitos garantidos, lei esta de autoria do Deputado José Nei Ascari. Unimos as AMAs, fundamos a ASCA com nove AMAs, hoje nos encontramos com 40 AMAs, fundadas no estado de Santa Catarina, e este era um dos nossos intuítos, quando começamos lá com a ASCA. Passávamos por um momento delicado, digamos assim, o Estado, o País, pensando em recursos para manter essas instituições, e o intuito era esse. Quantas vezes eu falei isso para a Janice? Nós precisamos plantar uma sementinha, em várias cidades do nosso Estado, para que possamos ter um trabalho que seja desenvolvido em prol das nossas crianças, dos nossos jovens, das pessoas com autismo.

Claro que, ao longo do tempo, nós aprendemos muito e sabemos que precisamos ter dentro disso toda uma questão de organização, até porque nós temos aí as nossas coirmãs, as Apaes, e cada uma desenvolvendo o seu papel e o seu trabalho. Estamos cada vez mais unidos e fortalecendo o segmento, que é o atendimento à pessoa com autismo dentro do nosso Estado. Dessa forma, queremos fazer um agradecimento especial à Assembleia Legislativa, através do Presidente Mauro do Nadal, que é amigo também da causa do autismo e que se empenha muito nessa luta. À Escola do Legislativo, que através dos eventos realizados, dissemina o conhecimento, debates e informações sobre autismo em todo o Estado. À Comissão da Pessoa com Deficiência, que desde sua criação vem disseminando o conhecimento sobre autismo em todo o estado de Santa Catarina. À Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, pela união de forças em divulgar as diretrizes do autismo no estado de Santa Catarina. *[Transcrição: Milyane]*

Fazendo um adendo aqui, neste momento, em um dos seminários que esta Casa estava promovendo, em um dos municípios do nosso Estado, conversando com o Deputado Pepê Collaço sobre os encaminhamentos da questão do autismo, e o deputado preocupado, nós precisamos ter uma divulgação maior das diretrizes, dos trabalhos que são desenvolvidos dentro das nossas AMAs, e isso já vinha sendo discutido junto com a Fundação Catarinense, a Secretaria da Saúde, com a Assistência Social, e isso veio fortalecer todo o segmento com a criação da Frente Parlamentar.

Então, temos muito a lhe agradecer por esse momento, agradecer a Fundação Catarinense também por essa parceria, onde conseguimos trazer esclarecimentos para aquelas dificuldades em convênios, nos trabalhos que são desenvolvidos, porque esse é o nosso intuito maior, de seguir essa diretriz para que possamos, lá em Videira, estar falando a mesma coisa que estivermos falando aqui em Florianópolis, ou em Balneário Camboriú, ou lá em Jaraguá ou Joinville. Que seja possível estar falando dos mesmos convênios, das mesmas formas de atuação, porque é dessa forma que vamos conseguir, cada vez mais, fortalecer o nosso segmento e o nosso trabalho. E isso vai aparecer lá no desenvolvimento da nossa criança, do nosso jovem, da pessoa portadora do autismo. Portanto, eu deixo o meu muito obrigado.

Agradeço também a todos os deputados do Parlamento pelo apoio a esta nobre causa, em especial ao nosso amigo, ex-Deputado e Conselheiro José Nei Ascari, que impulsionou essa luta em todo o estado de Santa Catarina. A nossa gratidão eterna. Temos muitas histórias para contar. Em um ano, acho que foram desenvolvidos quase 21 seminários, não é Janice, nos encontramos em diversos momentos, e muitas trocas e aprendizado tivemos através desse conhecimento, desse momento e dessa amizade. Então eu deixo aí a minha gratidão eterna.

(Palmas)

Receber este gesto de apreço e reconhecimento é uma honra e uma alegria indescritível, e nos sentimos profundamente tocados pela consideração. Trabalhar em prol do autismo sempre foi uma missão muito especial, para mim e para todas as AMAs que trabalham em Santa Catarina. E saber que nosso esforço e dedicação estão sendo valorizados por pessoas tão queridas e respeitadas como vocês, é extremamente gratificante.

O autismo é um tema que nos toca profundamente e que nos motiva a buscar sempre novas formas de contribuir para a inclusão e o bem-estar das pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista) e suas famílias em nosso Estado. Esta homenagem não é apenas um reconhecimento do nosso trabalho, mas também uma valorização de todos aqueles que lutam

diariamente pela causa do autismo. Cada um de nós, de uma forma ou de outra, tem um importante papel a desempenhar na construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora para todos. Agradeço do fundo do meu coração a cada um de vocês por este gesto tão significativo e generoso, suas palavras de incentivo e apoio nos dão ainda mais força e determinação para seguirmos em frente, enfrentando os desafios e celebrando as vitórias no caminho da inclusão e da igualdade. E possamos continuar unindo esforços e trabalhando juntos em prol do autismo, promovendo a conscientização, a compreensão e o respeito pelas diferenças.

Que esta homenagem seja um estímulo para seguirmos em frente, com empatia, solidariedade e amor no coração. Muito obrigado de todo o meu coração. Muito obrigada de todas as AMAs que estão aqui representadas, hoje, pelos seus municípios. Que a nossa união e a colaboração possam inspirar muitas pessoas a se engajarem nesta causa cada vez mais. Com toda a minha gratidão e todo o meu carinho.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pepê Collaço) - Agradeço mais uma vez a presença de todos vocês, mesmo nesta noite chuvosa, com dificuldade de se deslocar até a Assembleia Legislativa, mas vieram para prestigiar este ato tão importante. Muitos não puderam vir, mas tenho certeza de que o coração deles está aqui junto conosco, das suas casas, torcendo para que fizéssemos uma grande sessão. Mais uma vez, reconhecer a todos os homenageados desta noite, podem ter certeza de que todos foram homenageados com muito mérito, muito reconhecimento pelo serviço prestado, que vocês fazem nessa causa. A todas as autoridades presentes, citando mais uma vez a presença da nossa Prefeita; o Prefeito Thomé, de Rio do Sul; o Prefeito de Agrolândia, José Constante; a todos os Vereadores e Vereadoras que aqui estiveram, abrilhantando o nosso ato.

Após a sessão, convidamos os nossos homenageados e todos os presentes para um coquetel, que será servido no *hall* da Assembleia Legislativa.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco sessão ordinária, conforme calendário especial, para amanhã, às 10h. Após ouvirmos a interpretação do Hino de Santa Catarina, composição de José Brasilício de Souza e Horácio Nunes Pires, pelo Coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva, estará encerrada a sessão.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Quebrando um pouco o protocolo, eu gostaria de pedir a atenção de todos os presentes para mais uma homenagem importante desta noite. A presidente da FEAMAS, amiga Catia, está de aniversário hoje. E nesse dia tão importante, queremos agradecer todo o seu empenho e dedicação.

Está encerrada a sessão. *[Transcrição: Sara]*

[Revisão: Yasmim/Sara]

— * * * —

ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva – Camilo Martins - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso – Emerson Stein - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Lucas Neves - Luciane Carminatti – Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Mário Motta – Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal – Napoleão Bernardes - Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera – Rodrigo Minotto - Sergio Motta – Soratto - Tiago Zilli – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

Deputado Maurício Eskudlark

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) – Relata a sua viagem até Aparecida do Norte em São Paulo, onde a CNBB tem feito a romaria dos parlamentares católicos com a temática Fraternidade e Amizade Social. Cita que o tema foi debatido com os parlamentares e Bispos presentes, lembrando que este é um tema comprometedor e de valores determinantes na vida de cada pessoa.

Discorre sobre valores da sociedade presente juntamente com a doutrina social da igreja envolvendo a fé e a política. Diz que por vezes é questionado de como se concilia a religião e política, dizendo que é muito simples, a religião tem um objetivo, a construção do bem comum e a política do bem-estar do ser humano. Mostra que este foi o foco do debate e que a iniciativa da CNBB vem refletir a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Traz a memória o seu tempo de estudante em São Paulo quando cursou Filosofia e Teologia e reflete sobre as reflexões de Dom Paulo Evaristo Arns, o qual diz sempre ter sido um defensor da paz e comprometido com o povo.

Comenta que a experiência foi muito positiva e que com certeza se organizarão melhor para dar continuidade a mais romarias como estas.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Aparteante) – Cita a memória de Dom Paulo Evaristo Arns que serviu a Igreja Católica com muito carinho e teve grande participação na história das campanhas da fraternidade. *[Taquigrafia: Guilherme]*

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Comenta sobre o discurso do Deputado Padre Pedro Baldissera e relembra que o programa de complementação da alimentação infantil foi criado por Zilda Arns.

Cita os 150 anos da Imigração Italiana em Santa Catarina e informa que em audiência com o Secretário de Estado da Educação, senhor Aristides Cimadon, requereu a difusão do ensino da língua italiana no Estado. Sublinha a importância do incentivo para que as universidades abram os cursos de língua italiana, visto que 70% da população é descendente.

Relata que será lançado o selo alusivo aos 150 anos da Imigração Italiana em Santa Catarina e parabeniza a UNIFEBE, pela nova edição do livro “Vencer ou Morrer”, de Renzo Grosselli e pelo livro que está sendo escrito a várias mãos, contendo toda a história da presença italiana.

Solicita que o governo dê prosseguimento a abertura do *Sportello Consolare*, agência oficial em Santa Catarina. *[Taquigrafia: Jênifer]*

DEPUTADO MATHEUS CADORIN (Orador) – Traz para o plenário dois assuntos: primeiro discorre sobre o Programa Pafisc, cuja previsão de parcelamento em 48 vezes do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) que tem enfrentado incongruências na prática. Exibe no telão dados referentes aos valores cobrados, fazendo explanação que não está sendo cobrado a partir do mês de parcelamento, mas do início. Apela à Secretaria de Estado da Fazenda para que reveja o equívoco.

O segundo assunto é sobre a denúncia da compra de agasalhos para uso dos presos que, na época, foi suspensa e iniciada uma investigação, havendo um processo de busca e apreensão contra um servidor público e um empresário de Mafra, resultado do trabalho desta Casa. *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) – Exibe um vídeo que mostra cidadãos em uma festa desrespeitando os policiais militares. Explica que os policiais pediram para que reduzissem o volume da música no ambiente, porém os cidadãos responderam com violência verbal e física. O deputado entende que a polícia é autoridade e precisa ser tratada com respeito. Solidariza-se com os policiais agredidos na ocasião. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) – Divulga o Projeto da Diretoria de Bem-Estar Animal, que visa castrar 100 animais em cada município do Estado e defende que esta proposta irá diminuir consideravelmente a quantidade desses animais abandonados nas ruas.

Aborda sobre a greve dos professores e registra que não concorda, pois considera uma perda gigantesca aos alunos. Esclarece que sempre apoiou os projetos e causas importantes dos educadores e defende as reivindicações, no que tange ao reajuste e reposição salarial, porém refuta a paralisação. *[Transcrição: Mirela]*

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão para divulgação da 17ª Gemüse Fest, na sequência fica suspensa até as 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0260/2024, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação, que institui o Programa Emergencial de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Catarinenses (PRONAMPE EMERGENCIAL SC) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0261/2024, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação, que altera o art. 90 da Lei Complementar n° 774, de 2021, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Penal do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, e o art. 67 da Lei Complementar n° 777, de 2021, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Vencimentos do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0452/2021, de autoria do Deputado Altair Silva, que altera a Lei n° 17.292, de 2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", para inserir a categoria de deficiência auditiva unilateral.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Saúde; e dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Discutiu a matéria o sr. Deputado Altair Silva.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0030/2023, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que altera a Lei n° 18.059, de 2021, que "Dispõe sobre o benefício de isenção de inscrição em programas ou eventos esportivos para atletas voluntários no Estado de Santa Catarina", para incluir o atleta de apoio à atleta com deficiência visual no rol de isentos do pagamento de inscrição.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; de Educação e Cultura; e dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Discutiram a matéria os srs. Deputados: Fernando Krelling e Doutor Vicente Caropreso.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0335/2023, de autoria do Deputado Oscar Gutz, que concede Título de Cidadão Catarinense a Jair Messias Bolsonaro.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Discutiram a matéria os srs. Deputados: Oscar Gutz, Jair Miotto, Lunelli, Massocco, Soratto

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0415/2023, de autoria do Deputado Julio Garcia, que acrescenta o art. 143-A à Lei nº 17.292, de 2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", para autorizar todas as pessoas com deficiência que adquiram veículos com isenção, por intermédio de seus representantes legais, a sua respectiva alienação, sem a necessidade de autorização judicial.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0002/2024, de autoria da Comissão Especial, encaminhando para apreciação o nome do senhor Eduardo Nobuyuki Usuy, para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC).

Conta com parecer favorável da comissão especial.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0076/2024, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil informações acerca da tarifa social nas Centrais Elétricas de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0077/2024, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil informações acerca da tarifa social da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0078/2024, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, solicitando à Secretária de Estado de Saúde informações acerca das cirurgias de reconstrução mamária realizadas pelo Sistema Único de Saúde no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0085/2024, de autoria do Deputado Lunelli, manifestando apelo ao Governo Federal, para que o Hospital Azambuja, localizado no Município de Brusque, obtenha a habilitação no Sistema Único de Saúde dos serviços de Alta Complexidade em Oncologia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Deputado Lunelli pede a palavra pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra pela ordem ao deputado.

DEPUTADO LUNELLI – Comenta que visitou o hospital e que o serviço de oncologia vai contribuir muito para desafogar, principalmente os atendimentos da cidade de Blumenau. Em tempo convida os colegas deputados a participarem da reunião da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura com a presença do Secretário Jerry Comper, que será realizada após a sessão ordinária de hoje.

Moção n. 0086/2024, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, manifestando apoio às reivindicações dos trabalhadores do magistério público estadual e, apela ao Governador do Estado, uma contraproposta às pautas apresentadas pela categoria.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0087/2024, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, manifestando apelo ao Deputado Federal Valdir Cobalchini, Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, por esforços para a votação e aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 108/21.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0288/2024, de autoria do Deputado Altair Silva; 0289/2024, de autoria do Deputado Lunelli; 0290/2024, de autoria do Deputado Volnei Weber; 0291/2024 e 0295/2024, de autoria do Deputado Carlos Humberto; 0292/2024 e 0293/2024, de autoria da Deputada Ana Campagnolo; 0294/2024 e 0299/2024, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0296/2024, de autoria do Deputado Pepê Collaço; 0297/2024, de autoria do Deputado Jair Miotto; e 0298/2024, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquigrafia: Cinthia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO EMERSON STEIN (Orador) – Discorre sobre sua viagem a Brasília, juntamente com o Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, Tiago Frigo, em uma agenda no Ministério da Pesca e Aquicultura, onde foram recebidos pelo Ministro André de Paula, juntamente com o Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, Valdir Cobalchini, para debater sobre a pesca da tainha e outros assuntos relacionados à pesca em Santa Catarina.

Informa que a Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa trouxe a questão dos mapas de bordo no período de pesca da tainha, que atualmente devem ser feitos diariamente, independente de terem pescado ou não. A sugestão é que os mapas sejam feitos mensalmente, até o quinto dia útil. Também foi sugerido que a embarcação não seja obrigada a fazer lançamentos no sistema quando não saia para pescar. Relata que a audiência em Brasília foi muito bem-sucedida, havendo o compromisso de modificar o art. 9º da Portaria n. 617/2022, que trata deste tema, e agradece a todos que participaram de reunião.

Registra que também deixou protocolado um ofício, solicitando audiência pública junto do Fórum Parlamentar Catarinense para discutir outro tema que vem sendo exaustivamente debatido pela Alesc e pescadores catarinenses, industriais e artesanais, que trata da pesca da corvina. Neste sentido, também foi enviado pedido da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina e do SINDIPI, pois a corvina está para entrar no rol de pesca ameaçada de extinção. Afirma que estes debates e a busca por soluções são importantes para evitar que o Estado perca muito economicamente e famílias fiquem sem renda. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Rubia]

COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

Aos três dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às duas horas e quinze minutos, em cumprimento ao artigo 135, §2º, do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Presidente Camilo Martins, abrindo os trabalhos da Reunião Conjunta da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Pela Comissão de Constituição e Justiça: O Presidente da Comissão Deputado Camilo Martins, e os membros: Deputado Volnei Weber, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marcius Machado, Deputado Pepê Collaço, Deputado Tiago Zilli e Deputado Napoleão Bernardes. Ausência justificada da Deputada Ana Campagnolo, conforme ofício nº 1199461/2024; e do Deputado Sérgio Guimarães, conforme ofício nº 1199050/2024. Pela Comissão de Finanças e Tributação: O Presidente da Comissão Deputado Marcos Vieira, e os membros: Deputado Ivan Naatz, Deputado Jessé Lopes, Deputada Luciane Carminatti e Deputado Mario Motta, Deputado Antídio Lunelli. Ausência justificada do Deputado Fernando Krelling, conforme ofício nº 1193165/2024; Deputado Lucas Neves, conforme ofício nº 1197467/2024; e do Deputado Jair Miotto, conforme ofício s/n. Pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público: O Presidente da Comissão Deputado Ivan Naatz, e os membros: Deputado Antídio Lunelli, Deputada Luciane Carminatti, Deputado Mário Motta, Deputado Maurício Peixer e Deputado Volnei Weber. Ausência justificada do Deputado Lucas Neves, conforme ofício nº 1199317/2024; Deputado Sérgio Guimarães, conforme ofício nº 1199050/2024; e Deputado José Milton Scheffer, conforme ofício nº 1199098/2024. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, passou a palavra ao Deputado Pepê Collaço para a leitura do relatório e voto conjunto referente ao PLC/0007/2024, de autoria da Mesa, que "Altera a Resolução nº 001, de 2006, que "Dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências", e a Resolução nº 002, de 2006, que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências", convalidadas pela Lei Complementar nº 642, de 2015". No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, foi exarado o parecer favorável com emendas modificativas, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Já no âmbito das Comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público, foram apresentados pareceres favoráveis na forma das emendas modificativas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça, que, posto em discussão e votação, foram aprovados por

unanimidade. Após, o Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça passou a leitura do relatório e voto conjunto ao PRS/0002/2024, de autoria da Mesa, que “Dispõe sobre os escritórios de apoio à atividade parlamentar”. As Comissões apresentaram voto conjunto favorável, que, posto em discussão e votação no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, os presidentes das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público, agradeceram a presença dos Deputados membros e demais presentes, e encerraram a reunião. E para constar, eu, Evandro Carlos do Santos, Coordenador das Comissões, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos senhores Presidentes e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Plenário Deputado Osni Régis, 03 de abril de 2024.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Deputado **Marcos Vieira**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Deputado **Ivan Naatz**

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Processo SEI 24.0.000015873-5

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 09 de abril de 2024, às 16h15min, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Mário Motta, vice-presidente da Comissão, em razão da ausência justificada do Senhor Deputado Fernando Krelling, presidente da Comissão, conforme Ofício Interno N° 1210985/2024/GAB-DEP-FERNANDO KRELLING, os demais Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Camilo Martins, Deputado Carlos Humberto, Deputado Fabiano da Luz e Deputado Marcius Machado. Ausência justificada do Deputado Pepê Collaço, conforme Ofício Interno N° 1209562/2024/GAB-DEP-FELIPPE LUIZ COLLACO. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em Exercício abriu a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Esportes e Lazer da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 2ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura; que, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente em Exercício passou à leitura de sinopse de correspondência e outros documentos recebidos: Ofício n° 0384/2024 da Câmara Municipal de Vereadores de Blumenau – Vereadores Ailton de Souza, Carlos Wagner, Maurício Goll, Rolf Bublitz e João Beltrame, Solicitando apoio para que a Fiesc e CNI liberem o uso do Centro Esportivo Sesi, para realização dos Jogos do Campeonato Catarinense série B 2024. Ofício n° 005/2024 do Blumenau Esporte Clube, Solicitando apoio para que a Fiesc e CNI liberem o uso do Centro Esportivo Sesi, para realização dos Jogos do Campeonato Catarinense série B 2024. Na sequência, o Senhor Presidente em Exercício passou à Ordem do Dia: Requerimento RCC/0079/2024, de autoria do Deputado Camilo Martins, Requerendo convite à Vice-presidente da Austism Soccer Senhora Patrícia Lisboa Santos Maia, com o objetivo de apresentar a primeira edição da Copa do Mundo de Autismo – Autism Soccer WorldCurp; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente o Senhor Presidente em Exercício passou a palavra ao Deputado Fabiano da Luz, que relatou o PL./0387/2023, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que "Declara de utilidade pública a Associação Mesotenista de Içara, e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina' para fazer constar nele o nome de tal entidade"; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em razão da ausência justificada do Deputado Fernando Krelling, foi retirado de pauta o PL./0057/2024, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, que "Declara de utilidade pública o 149º Grupo de Escoteiros Bracatinga, de São Lourenço do Oeste, e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina'. Ato seguinte, o Senhor Presidente em Exercício, conforme solicitação do Deputado Carlos Humberto e com a concordância dos demais membros da comissão, incluiu extrapauta e passou a palavra ao Relator para apresentação de seu relatório e voto ao PL./0176/2023, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que "Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Moretti de Futsal, de Capinzal e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública

estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina' para fazer constar nele o nome de tal entidade; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o Senhor Presidente em Exercício seguiu a pauta com a participação dos Senhores (as) Geovane Gávio, Presidente do vôlei de Joinville; Rui Dorneles Presidente do Blue vôlei; Paulo Croseta Diretor Comercial da APAN vôlei de Blumenau; Sandro Bona de Melo Diretor Técnico da APAN vôlei de Blumenau e acompanhado da Senhora Talita, Secretária do Blue vôlei; Dr. Fernando Diretor Jurídico da FESPORTE; e Dr. Aziro Golfreto da FESPORTE. Essa participação é uma continuação dos assuntos debatidos e manifestados na reunião anterior que ocorreu no dia 20 de março de 2024. No início da reunião houve a contextualização da importância da "Lei de Incentivo ao Esporte" para os profissionais da área e para promoção, continuação e amparo do esporte no Estado de Santa Catarina. Porém, como foi discutido na reunião anterior, o Estado teve problemas ao tentar firmar um contrato de convênio com a FESPORTE, objetivando alcançar e promover fisicamente e financeiramente os diversos clubes de esporte do Estado. Assim, ocasionando atrasos e pendências financeiras preocupantes a curto, médio e longo prazo, aos dirigentes, a organização e principalmente referente aos salários dos esportistas catarinenses que representam o Estado em campeonatos Nacionais, Internacionais e Mundiais. Houve questionamentos e posicionamentos dos Deputados e dos dirigentes do esporte em relação à continuação dessa temática, que chegou a conclusão da necessidade de trabalharem em conjunto para suprirem o que foi prometido na elaboração e aprovação da Lei de incentivo ao Esporte, junto com o Decreto do Governo do Estado, a fim de resolver as pendências financeiras, e legais gerada nesse processo. Um dos pontos mais discutidos da reunião foi a necessidade do apoio financeiro porque muitos desses esportistas profissionais só tem do esporte como sua principal fonte de renda, e a partir do momento que o Governo do Estado não pode repassar os recursos necessários. Muitos dirigentes estão se mobilizando para tentar pagar o salário desses profissionais que realmente precisam desse recurso para suas vidas. Mas, como foi tratado na reunião anterior, tudo isso esta prejudicando a sustentabilidade do Esporte no Estado, e as emendas impositivas parlamentares, apresentadas na reunião anterior, pelo Deputado Napoleão Bernardes e Deputado Carlos Humberto não serão suficientes, a médio e longo prazo, se essa problemática não for abraçada e resolvida por todas as partes envolvidas. Sendo de extrema relevância o conjunto de todos os envolvidos para arcar com os compromissos financeiros propostos e à expectativa gerada na sociedade em relação a 'Lei de Incentivo ao Esporte'. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em Exercício agradeceu a presença dos convidados e dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, José Ricardo Paixão, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente em Exercício e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 09 de abril de 2024.

Deputado **Mario Motta**

Presidente em Exercício da Comissão de Esporte e Lazer

Processo SEI 24.0.000015048-3

_____ * * * _____

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 23 de abril de dois mil e vinte e quatro, às 9h, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis, sob a presidência do senhor Deputado Camilo Martins, e vice-presidência do senhor Deputado Volnei Weber, os demais senhores Deputados Membros da Comissão: Deputado Pepê Collaço, Deputado Marcius Machado, Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Tiago Zilli e Deputado Sérgio Guimarães. Ausência justificada da Deputada Ana Campagnolo, conforme ofício nº 1229327/2024. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a ata da 9ª Reunião Ordinária da CCJ da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, ao qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Napoleão Bernardes, que relatou as seguintes matérias: MSV./0396/2024, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre o "Veto Total ao Projeto de Lei nº 022/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que 'Dispõe sobre a instituição do sistema de transparência para o rastreamento das doses e para a identificação da população vacinada no Estado de Santa Catarina'". Exarou parecer pela manutenção do veto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0112/2024, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que "Dispõe sobre a aplicação de multa ao concessionário de serviço

público nos casos em que especifica, em relações de consumo com os consumidores finais do serviço prestado no âmbito do Estado de Santa Catarina". Apresentou requerimento de diligência à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), à Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE), à Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC), e ao Departamento de Defesa do Consumidor (PROCON/SC), que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após, foi passada a palavra ao Deputado Fabiano da Luz, que relatou as seguintes matérias: [PL./0039/2024](#), de autoria da Deputada Jana Guedes, que "Institui o Mês Estadual de Combate à Homofobia e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que 'Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado'". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Marcius Machado. [PL./0079/2024](#), de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Caçador". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0043/2024](#), de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, que "Altera dispositivos da Lei nº 5.684, de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e adota outras providências". Exarou parecer favorável com emenda modificativa, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Marcius Machado. Em seguida, o Deputado Volnei Weber relatou a seguinte matéria: [PL./0360/2023](#), de autoria do Deputado Jessé Lopes, que "Dispõe sobre a exigência de exame toxicológico para a admissão de pessoal no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Sérgio Guimarães, que relatou as seguintes matérias: [PL./0042/2024](#), de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que "Declara de utilidade pública o Instituto Emílio Carlos Jordan - INECAJO, do município de Jaraguá do Sul e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina' para fazer constar nele o nome de tal entidade". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0449/2023](#), de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que "Declara de utilidade pública a Associação Parafolclórica Angelina Blahobrazoff - APAB, de Balneário Piçarras e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina' para fazer constar nele o nome de tal entidade". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0033/2024](#), de autoria do Deputado Matheus Cadorin, que "Declara de utilidade pública o OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL - JOINVILLE e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina' para fazer constar nele o nome de tal entidade". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi passada a palavra ao Deputado Marcius Machado que relatou as seguintes matérias: Devolução de vista à [PEC./0006/2023](#), de autoria do Deputado Camilo Martins, que "Acrescenta o § 3º ao art. 109 da Constituição Estadual para destinar recursos do orçamento do Estado às atividades de Proteção e Defesa Civil". Solicitou a retirada de pauta, que lhe foi concedida. [PL./0005/2024](#), de autoria do Deputado Sérgio Motta, que "Estabelece infrações administrativas a serem aplicadas pelo Estado de Santa Catarina às pessoas flagradas fazendo uso de drogas ilícitas em áreas e logradouros públicos, e dá outras providências". Dentro deste projeto encontra-se anexado o [PL./0019/2024](#). Apresentou requerimento de apensamento ao [PL./0475/2021](#), de autoria do Deputado Jessé Lopes, que "Institui a cobrança de multa pelo porte e uso de entorpecentes em ambientes públicos, no âmbito do Estado de Santa Catarina", para que tramitem conjuntamente, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0155/2023](#), de autoria do Deputado Volnei Weber, que "Dispõe sobre a criação racional, o manejo, uso sustentável, o transporte e o comércio de colônias de abelhas-sem-ferrão, ou de suas partes, seus produtos e a prestação de serviços a partir do exercício da Meliponicultura, no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, foi passada a palavra ao Deputado Tiago Zilli que relatou as seguintes matérias: [PL./0493/2023](#), de autoria do Deputado Marquito, que "Declara de utilidade pública o Coral Acordes do Divino de Santo Amaro da Imperatriz/SC e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina' para fazer constar nele o nome de tal entidade". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0068/2023](#), de autoria do Deputado Maurício Peixer, que "Reconhece os Portadores de Fibromialgia como Pessoas com Deficiência no Âmbito do Estado de Santa Catarina". Dentro deste projeto encontra-se

anexado o PL./0040/2024. Exarou parecer favorável nos termos da emenda substitutiva global apresentada na Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0096/2024, de autoria do Deputado Volnei Weber, que “Concede título de Cidadã Catarinense à Claudia da Silva Prudêncio”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente Deputado Camilo Martins relatou as seguintes matérias: MPV./0260/2023, de autoria do Governador do Estado, que “Institui o Programa Emergencial de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Catarinenses (PRONAMPE EMERGENCIAL SC) e estabelece outras providências”. Exarou parecer favorável nos termos das emendas modificativas, apresentada na Comissão de Finanças e Tributação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. MPV./0261/2024, de autoria do Governador do Estado, que “Altera o art. 90 da Lei Complementar n° 774, de 2021, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Penal do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, e o art. 67 da Lei Complementar n° 777, de 2021, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Vencimentos do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), e estabelece outras providências”. Exarou parecer favorável nos termos das emendas modificativas, apresentada na Comissão de Finanças e Tributação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. MPV./0263/2024, de autoria do Governador do Estado, que “Altera a Lei n° 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e estabelece outras providências”. Exarou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguidamente, a palavra foi passada ao Deputado Pepê Collaço, que relatou as seguintes matérias: PL./0104/2024, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que “Declara de utilidade pública a Federação de Jiu-Jitsu Olímpico do Estado de Santa Catarina - FJJO-SC, e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0089/2024, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que “Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, e por meio desta à Secretaria de Estado da Fazenda, à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, e demais órgãos que julgar pertinente, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0115/2024, de autoria do Deputado Carlos Humberto, que “Dispõe sobre a criação do Cadastro de Pedófilos e de Agressores Sexuais no Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Solicitou a retirada de pauta, que lhe foi concedida. Por fim, o Presidente convocou a próxima reunião para dia regimental e com novo horário aprovado para as 9h. Em seguida, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Evandro Carlos dos Santos, Coordenador das Comissões, lavei a ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Processo SEI 24.0.000015874-3

PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DE MEDIDA PROVISÓRIA

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 0262/2024

Altera o art. 7° da Lei n° 17.762, de 2019, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas hipóteses que especifica e estabelece outras providências.

Art. 1° O art. 7° da Lei n° 17.762, de 7 de agosto de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7°

Parágrafo único. A condição de que trata o *caput* deste artigo não se aplica:

I – a mercadoria ou produto originários do Paraguai ou do Uruguai; e

II – excepcionalmente, nas hipóteses previstas em regulamento.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

Deputado **Antídio Aleixo Lunelli**

Relator

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0158/2024

“Dispõe sobre o fornecimento de protetor auricular para crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista - TEA, no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Estado de Santa Catarina fornecimento de protetor auricular para crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Parágrafo único - Para os fins de aplicação da presente Lei, entende-se como criança com diagnóstico do TEA – Transtorno do Espectro Autista, aquela definida na Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, ou por Lei que venha a substituí-la.

Art. 2º - O fornecimento dos protetores auriculares para as crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista – TEA, será gratuito e deverá ser aplicado no âmbito da rede estadual de ensino.

Parágrafo único - Os protetores auriculares terão como seu objetivo principal minimizar o impacto de ruídos e abafar barulhos excessivos, especialmente no ambiente escolar, com intuito de melhorar a hipersensibilidade aos sons e evitar crises e perturbações decorrentes da patologia.

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, o fone antirruído é equipamento adequado e indicado por profissional de saúde competente e que tem a finalidade de auxiliar na qualidade de vida das pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA), para que estes não sejam submetidos a incômodos sensoriais devido sua sensibilidade auditiva.

Parágrafo único - O fone antirruído é um protetor auditivo que é fundamental para diminuir o incomodo causado pelo excesso de ruídos extremos para as pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA).

Art. 4º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei serão suportadas por conta das dotações orçamentarias próprias, suplementadas, se necessário.

Art.5º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lido no Expediente

Sessão de 02/05/24

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir o fornecimento gratuito de protetor auricular para crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, no âmbito da rede estadual de ensino.

Nesse sentido, o intuito meritório da propositura consiste em propiciar às nossas crianças uma melhora de vida, principalmente no ambiente escolar, garantindo a inclusão e uma educação com maior qualidade, sendo instituído o acesso gratuito de um acessório específico e de grande utilidade à essa parcela da nossa população.

Uma das dificuldades mais graves que um aluno autista enfrenta nas escolas regulares é a integração sensorial, já que as formas como eles percebem o mundo e processam as informações sensoriais dentro de cada ambiente é diferente das outras pessoas.

Crianças com TEA tendem a terem uma hipersensibilidade a sons, o que faz com que elas escutem barulhos e ruídos de forma a provocar uma sobrecarga aos sentidos e que, ao mesmo tempo, podem ocasionar crises como choros e instabilidade emocional e comportamental.

Escolas possuem, normalmente, sinais sirenes estridentes como sinal sonoro. Assim, as crianças com TEA podem ter seu desempenho e convívio seriamente afetados.

A Lei Federal nº 12.764/2012 que disciplina a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista, trazendo entre outras questões a inserção do autista na sociedade e o fomento das políticas públicas de inclusão.

O acesso a medicamentos e/ou tecnologias que atenuem os incômodos e melhorem a vida das pessoas com TEA, são preceitos legais que devem ser colocados em prática.

Considerando o dever constitucional dos estados de proteger as pessoas com deficiência e levando em consideração que se trata de medida simples que pode impactar profundamente, de modo muito positivo, a rotina de diversas famílias, pede-se o apoio dos colegas para a aprovação desta matéria

(Assinado eletronicamente pelo Deputado Ivan Naatz)

———— * * * ————

PROJETO DE LEI Nº 0159/2024

Declara *persona non grata* no âmbito do Estado de Santa Catarina o ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro

Art. 1º Fica declarado como *persona non grata* no âmbito do Estado de Santa Catarina o ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Fabiano da Luz

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 02/05/24

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O presente Projeto de Lei pretende declarar o cidadão e ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, como *persona non grata* no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Para declarar *persona non grata* no âmbito do Estado de Santa Catarina há que se fazer relato sobre o grande descaso que o então Presidente teve com o Estado de Santa Catarina e o Brasil durante seus 4 (quatro) anos de presença no Palácio do Planalto.

1 – A Pandemia em Santa Catarina e no Brasil

O enfrentamento da pandemia pelo governo Bolsonaro já está entre os piores do mundo. Se tivesse adotado as medidas adequadas, teria evitado uma a cada quatro mortes, segundo o Dossiê da Associação Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrasco) Pandemia de Covid-19.

A constatação de que graças a Bolsonaro o Brasil ficou entre os piores do mundo na condução da pandemia de covid com o cruzamento de dados epidemiológicos, sob várias abordagens metodológicas. Cruzando números de população e mortes por covid-19 no contexto global, os autores identificaram, em 22 de março de 2022, que o Brasil concentrava 2,7% da população mundial. Mas respondia por 10,7% das mortes por covid no mundo. Um evidente descompasso entre as duas proporções.

Lista dos 7 erros de Bolsonaro

Para ajudar a compreender esse resultado macabro, que Jair Bolsonaro tenta negar até hoje, o Dossiê da Abrasco listou os sete erros cometidos pela gestão negacionista contra a covid.

1 - Baixa testagem, isolamento de casos e quarentena de contatos;

2 - Uso de uma abordagem clínica, e não populacional, para enfrentar a pandemia;

3 - Desestímulo ao uso de máscaras;

- 4 - Promoção de tratamentos ineficazes;
- 5 - Atraso na compra de vacinas e desestímulo à vacinação;
- 6 - Falta de liderança do Ministério da Saúde e inexistência de um comitê de especialistas;
- 7 - Falta de uma política de comunicação unificada.

Site: [Os erros de Bolsonaro e os 75% das 690 mil mortes por covid \(redebrasilatual.com.br\)](https://www.redebrasilatual.com.br)

Site: [CPI da Pandemia: Os principais culpados pelas mais de 600.000 mortes da covid-19 no Brasil, segundo a CPI da Pandemia | Atualidade | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](https://www.elpais.com)

Site: [Brasil ultrapassa 700 mil mortos por covid-19. 'Nada justifica' \(redebrasilatual.com.br\)](https://www.redebrasilatual.com.br)



Doses vencidas

Sob Bolsonaro, o Ministério da Saúde deixou vencer ao menos 38,9 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19. Do total, cerca de 2 milhões de unidades foram incineradas e 31 milhões foram encaminhadas para incineração. Os dados foram revelados pelo jornal Folha de S.Paulo.

Site: [Brasil ultrapassa 700 mil mortos pela Covid-19; governo Bolsonaro deixou vencer e incinerou milhões de vacinas \(sintrajufe.org.br\)](https://www.sintrajufe.org.br)

Brasil ultrapassa 700 mil mortos pela Covid-19; governo Bolsonaro deixou vencer e incinerou milhões de vacinas

Publicado em: 29/03/2023



Ataques

O então presidente Jair Bolsonaro, que desde o início da pandemia tentou minimizar a gravidade da infecção e desdenhou das mortes, seguiu um mesmo padrão ao reagir aos números negativos no pior momento da doença. Suas manifestações na época incluíram:

- Ataques ao isolamento social, medidas que seriam responsáveis por causar depressão, suicídio, fome e desemprego.
- Culpabilização da imprensa por gerar “pânico”, supostamente motivada por cortes de publicidade oficial.
- Defesa de um falso tratamento precoce e da liberdade do médico de receitar remédios que já se mostraram ineficazes.
- Distorção de dados sobre vacinação na tentativa de exaltar o desempenho do país (que só imunizou 2,8% com duas doses).
- Divulgação de acordos para a compra de vacinas, sem citar a recusa de ofertas em 2020 e críticas passadas à vacinação.

Site: [As respostas de Bolsonaro diante de 5 recordes da covid em 2021 - Nexo Jornal](#)

Em 2021, o jornal catarinense NSC apontou os 6 fatos que revelaram o pior momento da pandemia para SC e Brasil:

“E, além de todos esses fatos, o país ainda lida com o descaso da situação pelo governo federal. Além de menosprezar o crescimento de mortes e fazer campanha para medicamentos sem eficácia comprovada, o presidente Jair Bolsonaro segue diminuindo o impacto da pandemia e chega a classificar o pedido de mais ações contra a Covid como “mimimi”.” Site: [6 fatos revelam o pior momento da pandemia para SC e Brasil - NSC Total](#)

Apagão

Em 2020, o Governo Bolsonaro impôs apagão de dados sobre a covid-19 no Brasil em meio à disparada das mortes:

“O Ministério da Saúde do Governo Jair Bolsonaro apagou de sua plataforma oficial os números consolidados que revelavam o alcance do novo coronavírus no Brasil, provocando críticas imediatas dos demais Poderes e da sociedade civil organizada.” Site: [Governo Bolsonaro impõe apagão de dados sobre a covid-19 no Brasil em meio à disparada das mortes | Atualidade | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#)

Site: [Após reduzir boletim diário, governo Bolsonaro retira dados acumulados da Covid-19 do site | Política | G1 \(globo.com\)](#)

2 - Visitas de Bolsonaro a Santa Catarina

Os dias de descanso e as passeatas de moto representaram 74% do valor desembolsado dos cofres públicos, e que se referem ao período entre maio de 2019 e agosto de 2021.

O site G1 de Santa Catarina naquela data apontou que:

“O governo federal gastou R\$ 3.320.418,07 com 14 visitas do presidente **Jair Bolsonaro** (PL) a Santa Catarina entre maio de 2019 e agosto de 2021, segundo levantamento obtido por meio da Lei de Acesso à Informação.” Site: [Visitas de Bolsonaro a SC entre 2019 e 2021 custaram mais de R\\$ 3,3 milhões aos cofres públicos | Eleições 2022 em Santa Catarina | G1 \(globo.com\)](#)



Bolsonaro passeia de motocicleta em Chapecó (SC) em junho de 2021 — Foto: Sirli Freitas/Especial DC

Site: [Jair Bolsonaro gastou R\\$ 4,2 milhões de dinheiro público em visitas a SC \(oantagonista.com.br\)](#)

Site: [Férias de Bolsonaro em SC custaram R\\$ 900 mil aos cofres públicos - Congresso em Foco \(uol.com.br\)](#)



Reprodução

Site: [Bolsonaro diz ser “exagero” afirmar que férias em SC custaram quase R\\$ 900 mil | Política | Valor Econômico \(globo.com\)](#)



Jair Bolsonaro em São Francisco do Sul (SC) — Foto: Carol Macário/O Globo, para Valor

3 – Recursos enviados por Bolsonaro a Santa Catarina

Cortes

Bolsonaro corta R\$ 31 milhões de obras em rodovias em SC, estado onde teve 63% dos votos.

A quinze dias de encerrar seu mandato em 2022 à frente da Presidência da República, Jair Bolsonaro (PL) determinou o corte de R\$ 31 milhões em recursos que seriam destinados a obras em rodovias federais em Santa Catarina, estado onde obteve vitória na última eleição, com 63% dos votos. Site: [Bolsonaro corta R\\$ 31 milhões de obras em rodovias em SC. | Geral \(brasildefato.com.br\)](#)

Em um ano mais recursos

Somente em 2023 o Presidente Lula investiu mais nas rodovias de Santa Catarina do que Bolsonaro em quatro anos:

“No último dia 12, o governo do presidente Lula (PT) liberou para Santa Catarina R\$ 632 milhões, via BNDES, para serem investidos em obras de rodovias estaduais. Com isso, o valor total reservado pelo governo Lula para as estradas catarinenses em 2023 já chega a quase 2 bilhões de reais, se somado com o orçamento do Ministério dos Transportes para as rodovias federais, que é de R\$ 1,3 bilhão.”

Site: [Em um ano, Lula investe mais em rodovias de SC do que Bolsonaro em quatro \(diariodocentrodomundo.com.br\)](#)

Site: [Lula investe em SC mais do que 3 anos de Bolsonaro, com R\\$ 1,3 bilhão em obras - O Cafezinho](#)

O Orçamento da União anunciou, em janeiro de 2022, um corte de R\$ 43,2 milhões em investimentos em infraestrutura rodoviária no Estado de Santa Catarina. O valor se uniu aos R\$ 400 milhões que já não foram entregues para Santa Catarina investir em estradas nos últimos três anos. Site: [Mapa dos investimentos nas rodovias federais de SC | ND Mais](#)

Por todo o exposto solicito o apoio e submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Fabiano da Luz

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI N° 0178/2024

Declara de utilidade pública o Grupo Açor Sul Catarinense, de Sombrio – SC, e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública estadual o Grupo Açor Sul Catarinense, com sede no Município de Sombrio.

Art. 2° O Anexo Único da Lei n° 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Tiago Zilli

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 02/05/24

ANEXO ÚNICO

(ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI N° 18.278, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021)

"ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....

Sombrio

LEIS

.....

Grupo Açor Sul Catarinense

.....

(NR)"

Sala das Sessões,

Tiago Zilli

Deputado Estadual

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei que apresento tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual o Grupo Açor Sul Catarinense, que tem por finalidade precípua resgatar os valores da cultura açoriana, realizando estudos, eventos e apresentações culturais.

Nesse contexto, de acordo com o relatório de atividades apresentado, o grupo teve origem em uma atividade escolar, em 1999, quando, parte dos integrantes, à época no 5° ano do Ensino Fundamental, juntamente com uma Professora da turma, desenvolveram um trabalho sobre a colonização açoriana em Santa Catarina.

Desde então, com a devida formalização enquanto associação, o grupo vem participando anualmente de eventos da cultura açoriana, não só no Estado de Santa Catarina, onde atua com mais frequência, conforme relato das atividades desenvolvidas em 2023, mas também em outros estados da federação, tendo, em 2010, participado de projeto de intercâmbio com Portugal.

Em 2023, o grupo apresentou-se nos Municípios de Sombrio, em diversas festividades, Forquilha, Florianópolis, Arroio do Silva, Nova Petrópolis (RS), Criciúma, Içara, Araranguá, Imbituba e Araquari.

A entidade, através de seus membros faz parte também do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC.

A Diretoria é composta por Clair Hahn Fermiano (Presidente); Quelen Tais Pereira de Medeiros (Vice-Presidente); Lucas Baltazar dos Santos (1° Tesoureiro); Marielis Mateus Tavares (2ª Tesoureira); Ana Clara Fermiano Godinho (1ª Secretária); Ramon Marinho de Quadros (2° Secretário). O Conselho Fiscal é composto por Fernando Teixeira; João Vitor Supp; João Sérgio Pereira Júnior; Karen Constante Rosa e Murilo Maragno Coelho.

Ante o exposto, conto com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Tiago Zilli

Deputado Estadual

_____ * * * _____

PROJETO DE LEI N° 0181/2024

Altera a Lei n°. 16.722, de 08 de outubro de 2015, que "Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses", para reconhecer o Município de Treze Tilias como "Cidade mais Austríaca de Santa Catarina".

Art. 1° O Município de Treze Tilias fica reconhecido como a Cidade Mais Austríaca de Santa Catarina.

Art. 2° O Anexo Único da Lei n° 16.722, de 08 de outubro de 2015, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Paulinha

Deputada Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 02/05/24

JUSTIFICATIVA

Treze Tilias, situada em Santa Catarina, é singularmente reconhecida pela sua profunda influência cultural austríaca, enraizada em sua história e perpetuada por gerações. Desde sua fundação no século passado com o empenho de imigrantes austríacos, o município tem preservado e enaltecido suas tradições, refletidas em sua arquitetura, gastronomia típica e celebrações festivas.

A oficialização de Treze Tilias como a cidade mais austríaca de Santa Catarina não apenas reconhece sua identidade cultural única, mas também amplifica sua visibilidade nacional e internacional como destino turístico singular. Tal reconhecimento proporciona uma base sólida para o desenvolvimento econômico local, impulsionando o turismo e gerando oportunidades para empreendedores locais, ao mesmo tempo em que fortalece o sentimento de orgulho e pertencimento na comunidade.

Além disso, ao destacar Treze Tilias como um exemplo vivo da diversidade cultural brasileira, esta medida reforça a importância da preservação e promoção das tradições das diferentes comunidades que compõem o tecido social do país. Ao reconhecer e valorizar a contribuição dos imigrantes austríacos para a cultura e a história de Santa Catarina, o Estado honra sua própria diversidade cultural e enriquece o panorama cultural nacional.

Dessa forma, a presente proposição visa não apenas enaltecer a identidade única de Treze Tilias, mas também celebrar a riqueza da diversidade cultural brasileira, promovendo o desenvolvimento econômico e cultural não apenas do município, mas de toda a região e do país como um todo.

Sala das sessões

Paulinha

Deputada Estadual

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei n° 16.722, de 8 de outubro de 2015)

ANEXO ÚNICO ATRIBUI ADJETIVAÇÃO

Município - Título - Lei Original n°

TREZE TÍLIAS - CIDADE MAIS AUSTRÍACA DE SANTA CATARINA -

....." (NR)
(Assinado eletronicamente pelo Deputado Ana Paula da Silva)

* * *

PROJETO DE LEI N° 0183/2024

Declara de Utilidade Pública o Instituto Assistencial por Amor (IAPA), de São José, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Art. 1° Fica declarado de Utilidade Pública estadual o Instituto Assistencial por Amor (IAPA), com sede no Município de São José.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Marcos da Rosa

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 02/05/24

ANEXO ÚNICO

(ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 18.278, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021)

"ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
SÃO JOSÉ

LEIS
.....

Instituto Assistencial por Amor (IAPA)
.....

(NR)"

Sala das Sessões,

Marcos da Rosa

Deputado Estadual

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei que ora apresento tem por intenção declarar de utilidade pública estadual o Instituto Assistencial por Amor (IAPA), com sede no município de São José, tendo em vista que a referida entidade presta serviços de relevante interesse social à comunidade.

Nesse contexto, de acordo com seu Estatuto Social, a instituição tem por finalidade a promoção de ações de assistência social que contribuam para a saúde e bem-estar da família catarinense, com fornecimento e doações de alimentos, materiais e mão de obra nas execuções de reformas e construções de residências destinadas às pessoas carentes e auxílio psicológico.

Ante o exposto, conto com o apoio dos meus Pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Marcos da Rosa

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 0184/2024

Altera a Lei n. 18.335, de 2022, que 'institui a Bolsa-Atleta de Santa Catarina', para equiparar o surdoatleta aos beneficiários

Art. 1º O art. 1º da Lei n. 18.335, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

I –

II – aos atletas de alto rendimento em modalidades olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas registrados nas entidades associadas, respectivamente, ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) ou à Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS); e

III – aos atletas, paratletas e surdoatletas praticantes das demais modalidades constantes do calendário anual da Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE).

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, todas as remissões doravante feitas a atletas são extensíveis aos paratletas e aos surdoatletas. (NR)

Art. 2º O artigo 2º da Lei n. 18.335, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

VII – Atleta Olímpico, Paralímpico ou surdolímpico: atleta que tenha participado de jogos olímpicos, paralímpicos ou surdolímpicos.

Art. 3º O Anexo único da Lei n. 18.335, de 2022, passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Napoleão Bernardes

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 02/05/24

ANEXO ÚNICO

(Altera o anexo único da Lei n. 18.335, de 2022)

“ANEXO ÚNICO

VALORES DO BENEFÍCIO FINANCEIRO DA BOLSA-ATLETA DE SANTA CATARINA, POR CATEGORIA

CATEGORIA	VALOR MENSAL 12 (DOZE) PARCELAS (em R\$)	VALOR ANUAL (em R\$)
.....
.....
.....
.....
.....
.....
Atleta Olímpico, Paralímpico e Surdolímpico

(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposta visa incluir taxativamente o surdoatleta ao programa ‘Bolsa-Atleta Santa Catarina’.

A proposta funda-se na denúncia pública dos surdoatletas que tiveram a suspensão do incentivo no Edital 1/2024 do Bolsa Atleta Santa Catarina, e que suscitam a isonomia de tratamento do atleta PCD surdo, com os demais, considerando a ampla e pacificada equiparação inclusive no âmbito Federal, conforme depreende-se da Lei n. 14.597, de 2023, que ‘institui a Lei Geral do Esporte’.

Art. 51. É instituída a Bolsa-Atleta, destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades, a serem feitas de acordo com o art. 54 desta Lei.

Nesse sentido, importante destacar que não se está visando a criação de direito, mas meramente exigindo a continuidade da condição originalmente interpretada assim pelo próprio executivo.

Outrossim, no que compete a eventual criação de despesa, entendo desnecessário a apresentação da criação de despesa e medidas de compensação, por considerar despesa irrisória, nos termos do §3º, art. 16 da própria LRF¹.

Sendo assim, reforço o apelo aos pares pela célere análise e apoio à proposta.

Napoleão Bernardes

Deputado Estadual

1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm LRF

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0185/2024

Altera o anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, para substituir o nome da Escola de Educação Básica, denominada Vitória Roma, por Escola de Educação Básica Rosane Favretto, localizada no município de Vargem Bonita, e altera

Art. 1º Fica denominada Escola de Educação Básica Rosane Fravretto a Escola de Educação Básica Vitória Roman, localizada na rua José de Alencar, 175 - Centro, no município de Vargem Bonita.

Art. 2º O Anexo I da Lei nº 16.720, de 08 de outubro de 2015, passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Sessões,

Padre Pedro Baldissera

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 02/05/24

.....
	VARGEM BONITA	LEI ORIGINAL Nº
.....
	Denomina a Escola de Educação Básica Rosane Fravretto a Escola de Educação Básica Vitório Roman, localizada na rua José de Alencar, 175 - Centro, no município de Vargem Bonita.	
.....

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei que propõe à alteração do nome da Escola de Educação Básica Vitório Roman para Escola de Educação Básica Rosane Favretto, localizada no município de Vargem Bonita, tem como objetivo principal reconhecer e homenagear a notável contribuição de Rosane Favretto à comunidade educacional.

Rosane, que nasceu em 21 de julho de 1972, iniciou sua carreira, admitida em caráter temporário (ACT), na EEB Vitório Roman em 2009. Em 2013, foi nomeada por concurso público como professora efetiva de Artes, também na EEB Vitório Roman, sendo em 2020 eleita Diretora Geral da instituição de ensino, e em seguida reeleita. A recondução ao cargo deu-se por reconhecimento da comunidade escolar pelo seu compromisso e dedicação à educação.

Vítima de um câncer extremamente agressivo e acelerado, esta professora fez sua passagem, com apenas 51 anos de vida, após muito sofrimento, em 18/04/2024, deixando a população de toda a cidade bastante abalada.

A razão para a mudança reside na história e no legado deixados por Rosane na instituição. Sua trajetória exemplar como educadora, seu comprometimento com o bem-estar dos alunos e sua liderança inspiradora tornaram-na uma figura central na comunidade escolar.

Além disso, sua atuação não se limitou apenas às salas de aula; Rosane foi uma presença marcante na vida de seus alunos, colegas e familiares, causando um impacto profundo e emocional no município assim como na região do meio oeste catarinense.

Ao longo dos anos, Rosane não apenas compartilhou conhecimento, mas também cultivou valores como empatia, solidariedade e justiça social entre seus alunos e colegas. Sua dedicação incansável à causa da educação e seu compromisso com a formação integral dos estudantes refletem-se no carinho e na admiração que a comunidade escolar nutre por ela.

Em 14 de agosto de 2020, o município foi atingido por um forte temporal de granizo. A escola teve a cobertura 100% destruída, danificando e inutilizando equipamentos tecnológicos, mobiliários e o acervo da biblioteca. Assim, a unidade escolar passou a funcionar no salão paroquial, alugado pelo Estado de 2021 até 2023.

Desde lá foi uma luta árdua e sofrida para alunos e professores. Mesmo em local improvisado, em meio ao barulho diante de paredes improvisadas, e sofrendo os efeitos do extremo calor no verão e do intenso frio no inverno, o aprendizado e a dedicação continuou persistindo. E a grande maestra desta sinfonia da resistência foi a diretora Rosane, carinhosamente conhecida por Gringa, que nunca desistiu de pressionar as autoridades para a reconstrução da escola.

Destemida e apaixonada pelo trabalho, Gringa organizou junto de colaboradores docentes e discentes passeatas e campanhas na internet. Além disto, muitas reuniões e encontros foram realizados para retomar a escola, com vindas para Florianópolis, onde percorreu um sacrificado périplo.

E a luta desta aguerrida mulher, com o apoio da comunidade escolar e dos munícipes de Vargem Bonita, não foi em vão. Finalmente, após quase 4 anos de espera e persistência, o Estado retirou as ruínas que ali denunciavam o abandono, e inaugurou uma nova escola no mesmo terreno, em 15 de fevereiro de 2024.

Assim, ao emprestar seu nome à escola, este parlamento oferece uma forma justa e significativa de reconhecer e preservar o legado desta professora para as gerações futuras.

Ao receber o nome de uma educadora tão exemplar, a comunidade escolar não apenas reconhece uma homenagem merecida, mas sobretudo inspira e educa seus alunos a seguirem o exemplo da dedicação e do amor em todas as esferas da vida. Rosane, a querida Gringa, comprometeu-se com a excelência acadêmica e o serviço à comunidade.

Diante dos motivos apresentados, venho solicitar apoio dos nobres pares à aprovação do presente projeto.
(Assinado eletronicamente pelo Deputado Padre Pedro Baldissera)

CADERNO ADMINISTRATIVO

GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS

ATOS DA MESA

ATO DA MESA N° 219, de 7 de maio de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, a contar de 2 de maio de 2024, os efeitos do Ato da Mesa n° 198, de 23 de abril de 2024, que concedeu Retribuição Financeira por Operação de Sistemas de Processos Administrativos ao servidor **EDSON ROBERTO JUNKES**, matrícula n° 3852.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000015933-2

———— * * * ————

ATO DA MESA N° 220, de 7 de maio de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20-A, II, e 20-B da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

CONCEDER ao servidor **GUILHERME WESTPHAL CARRIÇO**, matrícula n° 10227, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Retribuição Financeira por Operação de Sistemas de Processos Administrativos, no valor correspondente ao da Função de Confiança, código PL/FC-4, a contar de 2 de maio de 2024 (GAB DEP DR. VICENTE CAROPRESO).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000015933-2

———— * * * ————

ATO DA MESA N° 221, de 7 de maio de 2024

Altera o art. 1° do Ato da Mesa n° 149, de 2022, que “Regulamenta a concessão de auxílio-educação infantil no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina”, com o objetivo de estender a concessão do benefício aos militares da ativa e do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (CTISP) da Casa Militar da Alesc.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e considerando a deliberação do Colegiado, em 17.4.2024, nos autos do Processo SEI n° 24.0.000013709-6,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º do Ato da Mesa nº 149, de 23 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica regulamentada a concessão do auxílio-educação infantil (creche e pré-escola) previsto no art. 115, § 1º, II, e § 2º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, aos servidores ativos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa ou à disposição da Alesc, inclusive aos militares da ativa e do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (CTISP) da Casa Militar da Alesc, observadas as condições estabelecidas neste Ato da Mesa.

§ 1º O auxílio de que trata este Ato da Mesa destina-se à educação infantil de dependente do servidor ativo ou à disposição da Alesc, inclusive dos militares da ativa e do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (CTISP) da Casa Militar da Alesc.

.....” (NR)

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000013709-6

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 222, de 7 de maio de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, a contar de 6 de maio de 2024, os efeitos do Ato da Mesa nº 174, de 18 de abril de 2024, que concedeu Retribuição Financeira por Operação de Sistemas de Processos Administrativos à servidora **LUCIA HELENA EVANGELISTA VIEIRA**, matrícula nº 4713.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000016434-4

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 223, de 7 de maio de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, a contar de 6 de maio de 2024, os efeitos do Ato da Mesa nº 173, de 18 de abril de 2024, que concedeu Retribuição Financeira por Operação de Sistemas de Processos Legislativos à servidora **PAULA VIDEIRA LAUREANO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 9379.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000016434-4

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 224, de 7 de maio de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20-A, II, e 20-B da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

CONCEDER à servidora **PAULA VIDEIRA LAUREANO DE OLIVEIRA**, matrícula n° 9379, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Retribuição Financeira por Operação de Sistemas de Processos Administrativos, no valor correspondente ao da Função de Confiança, código PL/FC-4, a contar de 6 de maio de 2024 (GAB DEP JULIO GARCIA).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000016434-4

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 225, de 7 de maio de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20-A, I, da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

CONCEDER à servidora **LUCIA HELENA EVANGELISTA VIEIRA**, matrícula n° 4713, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, Retribuição Financeira por Operação de Sistemas de Processos Legislativos, no valor correspondente ao da Função de Confiança, código PL/FC-5, a contar de 6 de maio de 2024 (GAB DEP JULIO GARCIA).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000016434-4

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 226, de 7 de maio de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR a servidora **VIVIANE CAMARGOS DE SOUSA**, matrícula n° 6341, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-07, a contar de 11 de abril de 2024.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000007755-0

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 227, de 7 de maio de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR a servidora **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula n° 1998, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, do Grupo de Atividades de Nível médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-24, a contar de 24 de abril de 2024.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000009493-5

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 228, de 7 de maio de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR a servidora **MARIA NATEL SCHEFFER LORENZ**, matrícula n° 2415, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-10, a contar de 11 de abril de 2024.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000009712-1

PORTARIAS**PORTARIA N° 1059, de 6 de maio de 2024**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR SABRINA DE FARIAS FARACO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-79, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2024 (LIDERANÇA DO PL).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016314-3

————— * * * —————

PORTARIA N° 1060, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar dos servidores abaixo relacionados, código PL/GAM, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2024 (MD - 1ª VICE-PRESIDENCIA):

Matrícula	Servidor	Nível Atual	Nível Novo
9470	ANA MARIA PEIXOTO VILAR BERGONSE	PL/GAM-75	PL/GAM-76
11179	EDUARDO BORGES DUARTE	PL/GAM-75	PL/GAM-73
12275	JOICE DE BORBA	PL/GAM-61	PL/GAM-66
12652	LAYANA SARA GRASSI	PL/GAM-73	PL/GAM-75
8678	MARLENE BOROVSKY	PL/GAM-81	PL/GAM-83
9385	RENAN AUGUSTO MARCHESAN	PL/GAM-75	PL/GAM-73

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016328-3

————— * * * —————

PORTARIA N° 1061, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VILSON PICCOLI**, matrícula n° 12115, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-71, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2024 (LIDERANÇA DO PL).

Oberdan Francisco Ferrari
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016331-3

————— * * * —————

PORTARIA N° 1062, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR VILSON PICCOLI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-72, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2024 (MD - 1ª VICE-PRESIDÊNCIA - XANXERÊ).

Oberdan Francisco Ferrari
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016339-9

————— * * * —————

PORTARIA N° 1063, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR ANA ELSA MUNARINI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-86, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP LUCIANE CARMINATTI – CHAPECO).

Oberdan Francisco Ferrari
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000015971-5

————— * * * —————

PORTARIA N° 1064, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR MILTON DE MATOS JUNIOR, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data da sua posse (GAB DEP CAMILO MARTINS - JOINVILLE).

Oberdan Francisco Ferrari
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016297-0

————— * * * —————

PORTARIA N° 1065, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

NOMEAR ANISIO HENRIQUE PREMOLI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP CAMILO MARTINS – ARARANGUA).

Oberdan Francisco Ferrari
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016332-1

————— * * * —————

PORTARIA Nº 1066, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

NOMEAR DAVID SELHORST DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa-Relatório, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP FABIANO DA LUZ – PALHOÇA).

Oberdan Francisco Ferrari
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016388-7

————— * * * —————

PORTARIA Nº 1067, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **CARLA WEBER RODRIGUES**, matrícula nº 9559, de PL/GAL- 84 para o PL/GAL- 99 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2024 (LIDERANÇA DO PL).

Oberdan Francisco Ferrari
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016431-0

————— * * * —————

PORTARIA Nº 1068, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar dos servidores abaixo relacionados, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2024 (GAB DEP JULIO GARCIA):

Matrícula	Servidor	Nível Atual	Nível Novo
7369	Franciela Custodia Lima	PL/GAB-85	PL/GAB-91
9379	Paula Videira Laureano de Oliveira	PL/GAB-72	PL/GAB-81
10948	Roberto Carlos Garcia	PL/GAB-43	PL/GAB-69
4713	Lucia Helena Evangelista Vieira	PL/GAB-76	PL/GAB-70

Oberdan Francisco Ferrari
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016424-7

————— * * * —————

PORTARIA N° 1069, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

NOMEAR ESTELITA IUNG DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP PEPE COLLAÇO – GRAVATAL).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016390-9

————— * * * —————

PORTARIA N° 1070, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **SUELEN MARIA LUNARDI**, matrícula n° 10617, de PL/GAL-84 para o PL/GAL-80 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2024 (LIDERANÇA DO PL).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016407-7

————— * * * —————

PORTARIA N° 1071, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANGELA MARIA SANTIAGO PHILLIPI**, matrícula n° 11818, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2024 (GAB DEP DELEGADO EGIDIO).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016413-1

————— * * * —————

PORTARIA N° 1072, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **JOAO JAIME IANSKOSKI**, matrícula n° 12568, de PL/GAL-81 para o PL/GAL-84 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2024 (LIDERANÇA DO PL).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016416-6

————— * * * —————

PORTARIA N° 1073, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **GABRIELA PEDRINI BRESSIANI**, matrícula n° 11757, de PL/GAL-96 para o PL/GAL-92 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2024 (LIDERANÇA DO PL).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016428-0

_____ * * * _____

PORTARIA N° 1074, de 6 de maio de 2024

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e pela Resolução n° 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 42 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c o art. 5° da Lei Complementar n° 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento da servidora do Executivo - UDESC, à disposição da ALESC, **FRANCINI RENSI SCHMITZ**, matrícula n° 12234, Adicional por Tempo de Serviço, incidentes sobre a função gratificada de Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FG-4, no percentual de 12% (doze por cento), a contar de 29 de abril de 2024.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 24.0.000014710-5

_____ * * * _____

PORTARIA N° 1075, de 7 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **PAOLA CRISTINE PIASSA**, matrícula n° 12620, de PL/GAB-32 para o PL/GAB-42 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de maio de 2024 (GAB DEP EDILSON MASSOCCO).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016504-9

_____ * * * _____

PORTARIA N° 1076, de 7 de maio de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR ADRIANO DA SILVA DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP IVAN NAATZ – ASCURRA).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000016553-7

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO P.E. Nº 015/2024

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 548, de 2 de abril de 2024, comunica que atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão Eletrônico n. 015/2024, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: [Pregão Eletrônico] Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva em condicionadores de ar.

RESULTADO: empresa vencedora: ALIANCA AR CONDICIONADO E ELETRICA LTDA.

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTITATIVO (MESES)	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC	12	R\$22.491,66	R\$269.899,92

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	MARCA	POTÊNCIA	QUANT	VALOR UNITÁRIO		VALOR MENSAL		VALOR ANUAL	
1	SPLIT HIGH WALL	MIDEA	30,000	11	R\$	31,00	R\$	341,00	R\$	4.092,00
2	SPLIT HIGH WALL	MIDEA	24,000	2	R\$	31,00	R\$	62,00	R\$	744,00
3	SPLIT HIGH WALL	KOMEKO	28,000	8	R\$	31,00	R\$	248,00	R\$	2.976,00
4	SPLIT HIGH WALL	ELGIN	18,000	55	R\$	31,00	R\$	1.705,00	R\$	20.460,00
5	SPLIT HIGH WALL	MIDEA	9,000	39	R\$	31,00	R\$	1.209,00	R\$	14.508,00
6	SPLIT HIGH WALL	RHEEM	18,000	11	R\$	31,00	R\$	341,00	R\$	4.092,00
7	SPLIT HIGH WALL	RHEEM	9,000	11	R\$	31,00	R\$	341,00	R\$	4.092,00
8	AR-CONDICIONADO JANELA	ELECTROLUX	10,000	1	R\$	31,00	R\$	31,00	R\$	372,00
9	SPLIT HIGH WALL	MIDEA	18,000	47	R\$	31,00	R\$	1.457,00	R\$	17.484,00
10	SPLIT HIGH WALL	KOMEKO	18,000	35	R\$	31,00	R\$	1.085,00	R\$	13.020,00
11	SPLIT HIGH WALL	ELECTROLUX	18,000	13	R\$	31,00	R\$	403,00	R\$	4.836,00
12	SPLIT HIGH WALL	KOMEKO	9,000	25	R\$	31,00	R\$	775,00	R\$	9.300,00
13	SPLIT HIGH WALL	AGRATTO	18,000	37	R\$	31,00	R\$	1.147,00	R\$	13.764,00
14	SPLIT HIGH WALL	CONSUL	9,000	3	R\$	31,00	R\$	93,00	R\$	1.116,00
15	SPLIT HIGH WALL	ELGIN	9,000	14	R\$	31,00	R\$	434,00	R\$	5.208,00
16	SPLIT HIGH WALL	GREE	9,000	1	R\$	31,00	R\$	31,00	R\$	372,00
17	SPLIT HIGH WALL	ELGIN	30,000	1	R\$	31,00	R\$	31,00	R\$	372,00
18	SPLIT HIGH WALL	CONSUL	18,000	14	R\$	31,00	R\$	434,00	R\$	5.208,00
19	SPLIT HIGH WALL	GREE	12,000	1	R\$	31,00	R\$	31,00	R\$	372,00
20	SPLIT HIGH WALL	YORK	9,000	2	R\$	31,00	R\$	62,00	R\$	744,00
21	SPLIT HIGH WALL	YORK	12,000	2	R\$	31,00	R\$	62,00	R\$	744,00
22	SPLIT PISO/TETO	ELGIN	36,000	2	R\$	31,00	R\$	62,00	R\$	744,00
23	SPLIT CASSETE	CARRIER	60,000	4	R\$	31,00	R\$	124,00	R\$	1.488,00
24	SPLIT HIGH WALL	SPRINGER	9,000	1	R\$	31,00	R\$	31,00	R\$	372,00

25	BI SPLIT DUTADO COM CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE	DAIKIN	48,000	2	R\$	31,00	R\$	62,00	R\$	744,00
26	SPLIT HIGH WALL	ELECTROLUX	9,000	2	R\$	31,00	R\$	62,00	R\$	744,00
27	SPLIT HIGH WALL	ELECTROLUX	12,000	1	R\$	31,00	R\$	31,00	R\$	372,00
28	SPLIT PISO/TETO	RHEEM	60,000	1	R\$	31,00	R\$	31,00	R\$	372,00
29	AR-CONDICIONADO JANELA	CONSUL	18,000	1	R\$	31,00	R\$	31,00	R\$	372,00
30	AR-CONDICIONADO SELF CONTAINED	SPRING CARRIER	90,000	2	R\$	100,00	R\$	200,00	R\$	2.400,00
31	BOMBA DE ÁGUA GELADA	KBS	NÃO SE APLICA	2	R\$	100,00	R\$	200,00	R\$	2.400,00
32	CLIMATIZADOR AHU	TRANE - MODELO WDTA	NÃO SE APLICA	9	R\$	100,00	R\$	900,00	R\$	10.800,00
33	CLIMATIZADOR FANCOLETE CASSETE	TRANE - MODELO CWCS 40/20	NÃO SE APLICA	10	R\$	31,00	R\$	310,00	R\$	3.720,00
34	CLIMATIZADOR FANCOLETE CASSETE	TRANE	NÃO SE APLICA	30	R\$	31,00	R\$	930,00	R\$	11.160,00
35	EXAUSTOR		NÃO SE APLICA	7	R\$	31,00	R\$	217,00	R\$	2.604,00
37	TUBULAÇÕES HIDRÁULICAS APROX 100 METROS	NÃO CONSTA	NÃO SE APLICA	1	R\$	210,00	R\$	210,00	R\$	2.520,00
38	VÁLVULAS DE BLOQUEIO, CONTROLE DE BALANCEAMENTO HIDRÁULICO;	TRANE	NÃO SE APLICA	51	R\$	15,00	R\$	765,00	R\$	9.180,00
39	VARIADORES DE FREQUÊNCIA	TRANE	NÃO SE APLICA	3	R\$	100,00	R\$	300,00	R\$	3.600,00
40	REDES DE DUTOS DE INSUFLAMENTO, ELEMENTOS DE DIFUSÃO DE AR	TRANE	NÃO SE APLICA	1	R\$	200,00	R\$	200,00	R\$	2.400,00
41	CONTROLES E CONTROLADORAS DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO	TRANE	NÃO SE APLICA	1	R\$	100,00	R\$	100,00	R\$	1.200,00
42	CLIMATIZADOR TIPO FANCOLETE CASSETE	TRANE	30,000	7	R\$	31,00	R\$	217,00	R\$	2.604,00
43	SPLIT CASSETE	DAIKIN	9,000	4	R\$	31,00	R\$	124,00	R\$	1.488,00
44	SPLIT CASSETE	DAIKIN	30,000	32	R\$	32,00	R\$	1.024,00	R\$	12.288,00
45	SPLIT CASSETE	FUJITSU	24,000	81	R\$	32,00	R\$	2.592,00	R\$	31.104,00
46	SPLIT CASSETE	FUJITSU	18,000	59	R\$	32,00	R\$	1.888,00	R\$	22.656,00
47	SPLIT CASSETE	DAIKIN	38,000	9	R\$	32,00	R\$	288,00	R\$	3.456,00
48	SPLIT CASSETE	DAIKIN	48,000	10	R\$	32,00	R\$	320,00	R\$	3.840,00

49	REDES DE DUTOS DE INSUFLAMENTO, ELEMENTOS DE DIFUSÃO DE AR	DAIKIN	120,000	2	R\$ 350,00	R\$	700,00	R\$	8.400,00	
50	SPLIT HIGH WALL	MIDEA	18,000	3	R\$ 31,00	R\$	93,00	R\$	1.116,00	
51	SPLIT HIGH WALL	MIDEA	9,000	1	R\$ 31,00	R\$	31,00	R\$	372,00	
52	SPLIT HIGH WALL	KOMECO	18,000	1	R\$ 32,00	R\$	32,00	R\$	384,00	
53	SPLIT HIGH WALL	DAIKIN	9,000	1	R\$ 31,66	R\$	31,66	R\$	379,92	
VALOR TOTAL ADMISSÍVEL							R\$	22.491,66	R\$	269.899,92

Florianópolis, datado e assinado eletronicamente.

Processo SEI 23.0.000049828-9

EXTRATOS

EXTRATO N° 253/2024

REFERENTE: Inexigibilidade Licitação N° 080/2024, celebrado em 30/04/2024.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Editora Notícias do Dia Ltda.

CNPJ: 00.481.841/0001-68.

OBJETO: Aquisição de 36 (trinta e seis) assinaturas do jornal "Notícias do Dia" pelo período de 12 meses.

VALOR GLOBAL: R\$29.602,80 (vinte e nove mil seiscentos e dois reais e oitenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, Inciso I, da Lei 14.133/2021; Documento de Oficialização de Demanda (1185004); autorização da Diretoria-Geral no despacho SEI n° (1210114); e Atos da Mesa n° 149/2020 e 195/2020.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Elisandra Fortkamp – Diretora Administrativa em Exercício

Alexandre Rodrigues – Badotti Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 24.0.000008825-7

EXTRATO N° 257/2024

REFERENTE: ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004/2024, celebrado em 03/05/2024.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Z&Z Alimentos e Vestuário Ltda.

CNPJ: 44.481.360/0001-28.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios açúcar para suprir as demandas administrativas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, especificado(s) no(s) Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão Eletrônico n° 011/2024.

VALOR GLOBAL: R\$16.400,00 (dezesseis mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 03/05/2024 à 02/05/2025.

FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Pregão Eletrônico n.º 011/2024, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Elisandra da Silva Fortkamp – Diretora Administrativa e.e.

Jefferson Ziegler – Representante Legal

Republicado por Incorreção



Processo SEI 23.0.000029648-1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diário da ALESC

Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia